

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	21

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	100
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	101
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	102

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	654.345.737
Preferenciais	0
Total	654.345.737
Em Tesouraria	
Ordinárias	750.487
Preferenciais	0
Total	750.487

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/08/2012	Dividendo	28/09/2012	Ordinária		1,09500
Reunião do Conselho de Administração	23/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	28/09/2012	Ordinária		0,04059

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	6.657.874	4.916.535
1.01	Ativo Circulante	4.217.914	3.240.503
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	244.896	240.998
1.01.03	Contas a Receber	3.973.018	2.999.505
1.01.03.01	Clientes	3.952.418	2.971.796
1.01.03.01.01	Contas a receber Operacionais	3.952.418	2.971.796
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.600	27.709
1.01.03.02.01	Contas a receber Controlada	318	134
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	1.049	587
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	11.158	22.379
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	8.075	4.609
1.02	Ativo Não Circulante	2.439.960	1.676.032
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.109.397	932.323
1.02.01.03	Contas a Receber	435	664
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	435	664
1.02.01.06	Tributos Diferidos	403.117	334.442
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	403.117	334.442
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	705.845	597.217
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	705.845	597.217
1.02.02	Investimentos	751.482	176.060
1.02.02.01	Participações Societárias	751.482	176.060
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	708.068	139.115
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	43.414	36.945
1.02.03	Imobilizado	489.918	508.259
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	489.918	508.259
1.02.04	Intangível	89.163	59.390
1.02.04.01	Intangíveis	89.163	59.390
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	40.622	10.143
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	48.541	49.247

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	6.657.874	4.916.535
2.01	Passivo Circulante	3.651.720	2.735.295
2.01.02	Fornecedores	3.033.447	1.890.626
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.033.447	1.890.626
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	2.708.841	1.660.367
2.01.02.01.02	Fornecedores	324.606	230.259
2.01.03	Obrigações Fiscais	393.853	385.914
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	393.853	385.914
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	393.853	385.914
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	129.760	19.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	129.760	19.666
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	129.760	19.666
2.01.05	Outras Obrigações	94.660	439.089
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.371	11.055
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	10.371	11.055
2.01.05.02	Outros	84.289	428.034
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	319.457
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	84.289	108.577
2.02	Passivo Não Circulante	948.723	771.647
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	180.467	131.182
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	180.467	131.182
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	180.467	131.182
2.02.04	Provisões	768.256	640.465
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	768.256	640.465
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	768.256	640.465
2.03	Patrimônio Líquido	2.057.431	1.409.593
2.03.01	Capital Social Realizado	500.000	263.835
2.03.02	Reservas de Capital	72.359	38.029
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-24.141	-50.859
2.03.02.07	Reserva de Capital	96.500	88.888
2.03.04	Reservas de Lucros	1.481.418	1.107.729
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.654	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.279.184	3.653.516	1.016.366	2.890.340
3.01.01	Receita de Comissões	987.561	2.858.671	823.780	2.315.264
3.01.02	Receita de aluguel	387.994	1.068.313	272.205	805.236
3.01.03	Receita de prestação de serviços	51.023	141.808	38.405	97.720
3.01.04	Impostos sobre serviços	-147.394	-415.276	-118.024	-327.880
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-383.239	-1.094.397	-323.394	-901.899
3.03	Resultado Bruto	895.945	2.559.119	692.972	1.988.441
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-193.670	-543.375	-165.048	-423.254
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-193.670	-543.375	-165.048	-423.254
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-68.268	-210.831	-66.619	-199.875
3.04.02.02	Despesa com Pessoal	-32.317	-90.926	-28.958	-87.092
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-61.494	-162.178	-45.108	-102.581
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-31.738	-79.455	-24.925	-35.662
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	147	15	562	1.956
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	702.275	2.015.744	527.924	1.565.187
3.06	Resultado Financeiro	200.648	571.338	148.339	385.317
3.06.01	Receitas Financeiras	218.163	622.290	161.149	432.229
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.613	15.742	6.586	22.429
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	207.912	610.416	159.872	418.384
3.06.01.03	Despesas de ajuste a valor presente - Antecipação de Recebíveis	5.411	-9.340	-5.195	-10.467
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	227	5.472	-114	1.883
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.515	-50.952	-12.810	-46.912
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-17.515	-50.952	-12.810	-46.912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	902.923	2.587.082	676.263	1.950.504
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-314.004	-882.716	-218.714	-644.723
3.08.01	Corrente	-333.510	-950.935	-228.626	-684.254
3.08.02	Diferido	19.506	68.219	9.912	39.531
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	588.919	1.704.366	457.549	1.305.781

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	588.919	1.704.366	457.549	1.305.781
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,90103	2,60765	0,70004	1,99909
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,89925	2,60248	0,69865	1,99687

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	588.919	1.704.366	457.549	1.305.781
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.654	3.654	0	0
4.02.01	Diferenças de câmbio originadas no período	2.867	2.867	0	0
4.02.02	Resultado com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	787	787	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	592.573	1.708.020	457.549	1.305.781

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.058.193	1.756.957
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.024.937	2.266.276
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	2.587.082	1.950.504
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	213.520	163.794
6.01.01.03	Constituição (reversão) de Provisão para perda c/ Imob. Intang. liq.	407	-567
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang Baixa/Alienado	13.619	12.044
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	7.612	5.731
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	29.287	22.302
6.01.01.09	Provisão para perdas	16.500	0
6.01.01.10	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidas	132.053	103.957
6.01.01.11	Ajuste a valor presente contas a receber	9.340	10.467
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.532	0
6.01.01.13	Equivalência Patrimonial	-15	-1.956
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.929	310.414
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-989.962	-208.319
6.01.02.02	Contas a receber Controlada	-184	-104
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	-462	108
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/não circulante)	11.450	46.978
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-108.628	-99.719
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-3.466	-3.233
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	1.019.187	610.588
6.01.02.08	Fornecedores	94.347	21.583
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-5.639	-5.009
6.01.02.10	Contas a pagar controlada	-684	-14.280
6.01.02.11	Outras obrigações (circ. / não circulante)	-25.626	-38.179
6.01.02.13	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-4.262	0
6.01.03	Outros	-952.815	-819.733
6.01.03.01	Juros recebidos	0	1.596
6.01.03.02	Juros pagos	0	-1.596
6.01.03.03	Pagamento de juros de empréstimos	-15.456	0
6.01.03.04	IR e CS pagos	-937.359	-819.733
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-658.202	-363.179
6.02.01	Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	-632.791	-92.001
6.02.02	Dividendos recebidos de controladas	10.800	0
6.02.03	Caixa recebido da controlada Servrede - Redução de capital	3.105	0
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, líquido da captação de empréstimos	-40.987	-271.178
6.02.07	Recebimento pelo ganho com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior	1.671	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.396.093	-1.391.912
6.03.04	Aquisição de ações em tesouraria	-5.800	0
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital prop. pagos	-1.413.969	-1.402.336
6.03.06	Pagamento de principal de empréstimos	-8.842	0
6.03.07	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	32.518	10.424

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.898	1.866
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	240.998	221.542
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	244.896	223.408

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593
5.04	Transações de Capital com os Sócios	236.165	34.330	-1.330.677	0	0	-1.060.182
5.04.01	Aumentos de Capital	236.165	0	-236.165	0	0	0
5.04.08	Aquisições de ações em tesouraria	0	-5.800	0	0	0	-5.800
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	7.612	0	0	0	7.612
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	32.518	0	0	0	32.518
5.04.11	Dividendos	0	0	-1.063.268	0	0	-1.063.268
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-31.244	0	0	-31.244
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.704.366	0	3.654	1.708.020
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.704.366	0	0	1.704.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.654	3.654
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	2.867	2.867
5.05.02.07	Resultado com instrumentos de hedge sobre operações no exterior , líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	787	787
5.07	Saldos Finais	500.000	72.359	1.481.418	0	3.654	2.057.431

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	163.836	16.155	-1.448.214	0	0	-1.268.223
5.04.01	Aumentos de Capital	163.836	0	-163.836	0	0	0
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	5.731	0	0	0	5.731
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	10.424	0	0	0	10.424
5.04.11	Dividendos	0	0	-1.260.278	0	0	-1.260.278
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-24.100	0	0	-24.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.305.781	0	0	1.305.781
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.305.781	0	0	1.305.781
5.07	Saldos Finais	263.836	30.864	922.639	0	0	1.217.339

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	4.039.505	3.195.918
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.068.792	3.218.220
7.01.02	Outras Receitas	-29.287	-22.302
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-29.287	-22.302
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.216.984	-994.135
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-811.449	-670.938
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-355.366	-309.838
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.976	2.564
7.02.04	Outros	-44.193	-15.923
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.822.521	2.201.783
7.04	Retenções	-213.520	-163.794
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-213.520	-163.794
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.609.001	2.037.989
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	622.305	434.185
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15	1.956
7.06.02	Receitas Financeiras	622.290	432.229
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.231.306	2.472.174
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.231.306	2.472.174
7.08.01	Pessoal	142.252	136.798
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.329.338	978.671
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.350	50.924
7.08.03.03	Outras	55.350	50.924
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	55.350	50.924
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.704.366	1.305.781
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	31.244	24.100
7.08.04.02	Dividendos	716.508	539.975
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	956.614	741.706

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	7.742.677	5.076.431
1.01	Ativo Circulante	4.440.829	3.361.330
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	393.231	292.915
1.01.03	Contas a Receber	4.047.598	3.068.415
1.01.03.01	Clientes	4.006.034	3.019.499
1.01.03.01.01	Contas a receber operacional	4.006.034	3.019.499
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	41.564	48.916
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados e a Recuperar	10.051	4.114
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	21.178	39.939
1.01.03.02.06	Despesas pagas antecipadamente	10.335	4.863
1.02	Ativo Não Circulante	3.301.848	1.715.101
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.151.838	964.604
1.02.01.03	Contas a Receber	16.597	688
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.597	688
1.02.01.06	Tributos Diferidos	403.643	341.111
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	403.643	341.111
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	731.598	622.805
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	731.598	622.805
1.02.03	Imobilizado	506.021	522.369
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	506.021	522.369
1.02.04	Intangível	1.643.989	228.128
1.02.04.01	Intangíveis	1.643.989	228.128
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	1.451.565	140.101
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	192.424	88.027

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	7.742.677	5.076.431
2.01	Passivo Circulante	4.653.355	2.817.098
2.01.02	Fornecedores	3.176.885	1.950.182
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.176.885	1.950.182
2.01.02.01.01	Contas a pagar a estabelecimentos	2.796.757	1.660.367
2.01.02.01.02	Fornecedores	380.128	289.815
2.01.03	Obrigações Fiscais	401.364	391.996
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	401.364	391.996
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	401.364	391.996
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	940.866	19.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	940.866	19.666
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	129.760	19.666
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	811.106	0
2.01.05	Outras Obrigações	134.240	455.254
2.01.05.02	Outros	134.240	455.254
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	319.457
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	134.240	135.797
2.02	Passivo Não Circulante	1.016.863	834.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	180.467	131.182
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	180.467	131.182
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	180.467	131.182
2.02.02	Outras Obrigações	31.024	25.580
2.02.02.02	Outros	31.024	25.580
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	31.024	25.580
2.02.04	Provisões	805.372	678.007
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	805.372	678.007
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	805.372	678.007
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.072.459	1.424.564
2.03.01	Capital Social Realizado	500.000	263.835
2.03.02	Reservas de Capital	72.359	38.029
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-24.141	-50.859
2.03.02.07	Reserva de Capital	96.500	88.888
2.03.04	Reservas de Lucros	1.481.418	1.107.729
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.654	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	15.028	14.971

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.338.304	3.820.154	1.056.261	3.004.404
3.01.01	Receita de comissões	986.833	2.855.831	823.063	2.312.996
3.01.02	Receita de aluguel	388.172	1.068.921	272.326	805.809
3.01.03	Receita de prestação de serviços	121.318	341.385	88.065	238.120
3.01.04	Impostos sobre serviços	-158.019	-445.983	-127.193	-352.521
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-435.492	-1.242.339	-365.617	-1.019.497
3.03	Resultado Bruto	902.812	2.577.815	690.644	1.984.907
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-194.508	-544.309	-159.977	-412.084
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-194.508	-544.309	-159.977	-412.084
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-46.091	-142.595	-39.855	-128.701
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-55.882	-158.693	-49.210	-142.723
3.04.02.03	Vendas e Marketing	-61.567	-162.384	-45.159	-102.720
3.04.02.04	Outras (despesas) receitas operacionais	-30.968	-80.637	-25.753	-37.940
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	708.304	2.033.506	530.667	1.572.823
3.06	Resultado Financeiro	199.317	566.724	149.429	387.248
3.06.01	Receitas Financeiras	219.193	625.750	162.357	434.832
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.648	19.215	7.794	25.032
3.06.01.02	Receita com Antecipação de Recebíveis	207.912	610.416	159.872	418.384
3.06.01.03	Despesas de ajuste a valor presente - Antecipação de recebíveis	5.411	-9.340	-5.195	-10.467
3.06.01.04	Variação cambial, líquida	222	5.459	-114	1.883
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.876	-59.026	-12.928	-47.584
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-19.876	-59.026	-12.928	-47.584
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	907.621	2.600.230	680.096	1.960.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-316.937	-891.248	-221.057	-650.816
3.08.01	Corrente	-336.865	-959.109	-232.405	-691.602
3.08.02	Diferido	19.928	67.861	11.348	40.786
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	590.684	1.708.982	459.039	1.309.255
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	590.684	1.708.982	459.039	1.309.255

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	588.919	1.704.366	457.549	1.305.781
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.765	4.616	1.490	3.474
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,90103	2,60765	0,70004	1,99909
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,89925	2,60248	0,69865	1,99687

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	590.684	1.708.982	459.039	1.309.255
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.654	3.654	0	0
4.02.01	Diferenças de câmbio originadas no período	2.867	2.867	0	0
4.02.02	Resultado com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	787	787	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	594.338	1.712.636	459.039	1.309.255
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	594.338	1.712.636	459.039	1.309.255

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.090.196	1.778.426
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.054.386	2.295.619
6.01.01.01	Lucro Antes do IR e da CS	2.600.230	1.960.071
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	223.232	173.990
6.01.01.03	Constituição (reversão) de Provisão para perda c/ Imob. Intang. liq.	407	-567
6.01.01.04	Custo Resid. Imob. Intang. Baixa/Alienado	14.194	12.634
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	7.612	5.731
6.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	29.287	22.302
6.01.01.09	Provisão para perdas	16.500	0
6.01.01.10	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidas	131.660	107.517
6.01.01.11	Ajuste a valor presente contas a receber	9.340	10.467
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	17.308	0
6.01.01.14	Participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.	4.616	3.474
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.116	308.978
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-995.875	-230.326
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	-2.622	-119
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ. / não circulante)	19.923	44.383
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-108.793	-103.001
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-3.663	-3.348
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	1.019.187	610.588
6.01.02.08	Fornecedores	90.313	29.069
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-6.485	-4.036
6.01.02.11	Outras obrigações (circ. / não circulante)	-11.806	-33.929
6.01.02.12	Provisão para riscos (circ. / não circulante)	0	-303
6.01.02.13	Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-4.295	0
6.01.03	Outros	-960.074	-826.171
6.01.03.01	Juros recebidos	0	1.596
6.01.03.02	Juros pagos	0	-1.596
6.01.03.04	Pagamento de juros de empréstimos	-16.708	0
6.01.03.05	IR e CS pagos	-943.366	-826.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.411.039	-365.298
6.02.01	Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	0	-92.001
6.02.04	Recebimentos referentes à negociação de preço de aquisição da Braspag	600	0
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, líquido da captação de empréstimos	-48.054	-273.297
6.02.06	Aquisição de negócio, líquida do caixa adquirido	-1.365.256	0
6.02.07	Recebimento pelo ganho com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior	1.671	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-588.067	-1.390.245
6.03.04	Aquisição de ações em tesouraria	-5.800	0
6.03.05	Dividendos e juros s/capital prop. pagos	-1.413.969	-1.402.336
6.03.07	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	32.518	10.424
6.03.08	Caixa proveniente de controlada adquirida	0	1.667
6.03.09	Captação de empréstimos em moeda estrangeira	808.026	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.03.10	Pagamento de principal de empréstimos	-8.842	0
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	9.226	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	100.316	22.883
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	292.915	250.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	393.231	273.486

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	263.835	38.029	1.107.729	0	0	1.409.593	14.971	1.424.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	236.165	34.330	-1.330.677	0	0	-1.060.182	-4.559	-1.064.741
5.04.01	Aumentos de Capital	236.165	0	-236.165	0	0	0	0	0
5.04.08	Aquisições de ações em tesouraria	0	-5.800	0	0	0	0	0	-5.800
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	7.612	0	0	0	0	0	7.612
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	32.518	0	0	0	0	0	32.518
5.04.11	Dividendos	0	0	-1.063.268	0	0	0	0	-1.063.268
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-31.244	0	0	0	0	-31.244
5.04.13	Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-4.559	-4.559
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.704.366	0	3.654	1.708.020	4.616	1.712.636
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.704.366	0	0	1.704.366	4.616	1.708.982
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.654	3.654	0	3.654
5.05.02.06	Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	2.867	2.867	0	2.867
5.05.02.07	Resultado com instrumentos de hedge sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	787	787	0	787
5.07	Saldos Finais	500.000	72.359	1.481.418	0	3.654	2.057.431	15.028	2.072.459

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	163.836	16.155	-1.448.214	0	0	-1.268.223	-2.694	-1.270.917
5.04.01	Aumentos de Capital	163.836	0	-163.836	0	0	0	0	0
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	5.731	0	0	0	5.731	0	5.731
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	10.424	0	0	0	10.424	0	10.424
5.04.11	Dividendos	0	0	-1.260.278	0	0	-1.260.278	0	-1.260.278
5.04.12	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-24.100	0	0	-24.100	0	-24.100
5.04.13	Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-2.694	-2.694
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.305.781	0	0	1.305.781	3.474	1.309.255
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.305.781	0	0	1.305.781	3.474	1.309.255
5.07	Saldos Finais	263.836	30.864	922.639	0	0	1.217.339	15.250	1.232.589

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	4.236.850	3.334.623
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.266.137	3.356.925
7.01.02	Outras Receitas	-29.287	-22.302
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-29.287	-22.302
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.262.393	-1.005.971
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-929.824	-753.743
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-282.612	-235.029
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.976	2.564
7.02.04	Outros	-43.981	-19.763
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.974.457	2.328.652
7.04	Retenções	-223.232	-173.990
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-223.232	-173.990
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.751.225	2.154.662
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	621.134	431.358
7.06.02	Receitas Financeiras	625.750	434.832
7.06.03	Outros	-4.616	-3.474
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.372.359	2.586.020
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.372.359	2.586.020
7.08.01	Pessoal	215.752	201.017
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.380.257	1.020.513
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.984	58.709
7.08.03.03	Outras	71.984	58.709
7.08.03.03.01	Juros Provisionados e Aluguéis	71.984	58.709
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.704.366	1.305.781
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	31.244	24.100
7.08.04.02	Dividendos	716.508	539.975
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	956.614	741.706

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade”) e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, acompanhados do relatório de revisão de informações trimestrais dos nossos Auditores Independentes.

As Informações Contábeis Intermediárias da Sociedade foram preparadas de acordo com o padrão contábil internacional - IFRS (International Financial Reporting Standards) emitido pelo IASB (International Accounting Standards Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - “Interim Financial Reporting.

DESTAQUES DO 3º TRIMESTRE DE 2012

- **Volume financeiro de transações** no trimestre totalizou R\$ 95,8 bilhões, aumento de 20,0% em relação ao 3T11;
- **Receita operacional líquida** totalizou no trimestre R\$ 1.338,3 milhões, aumento de 26,7% em relação ao 3T11, ou R\$ 282,0 milhões, e de 6,1% em relação ao 1T12, ou R\$ 77,2 milhões;
- **EBITDA** R\$ 782,5 milhões no trimestre, aumento de 32,1% em relação ao 3T11, ou R\$ 190,2 milhões, e aumento de 11,0% em relação ao 2T12, ou R\$ 77,4 milhões;
- **Margem EBITDA** de 58,5% no trimestre, aumento de 2,4 pontos percentuais em comparação ao 3T11 e de 2,6 pontos percentuais em relação ao 2T12;
- **Lucro líquido Cielo** (controladora) totalizou R\$ 588,9 milhões, aumento de 28,7% em relação ao 3T11, ou R\$ 75,7 milhões, e aumento de 7,3% em relação ao 2T12, ou R\$ 40,0 milhões;

EVENTOS DO TRIMESTRE

Distribuição de parte do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2012:

Em 23 de Agosto de 2012, a Cielo comunicou aos Senhores Acionistas que o Conselho de Administração da Sociedade, durante reunião realizada na presente data, aprovou a distribuição de parte do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2012, perfazendo a distribuição total de 70% do saldo do referido semestre, após a constituição da reserva legal, em montante equivalente a 20% do capital social da Sociedade. Os proventos foram distribuídos na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, os quais foram pagos aos acionistas nas proporções de suas

Comentário do Desempenho

participações no capital social da Sociedade, no montante total de R\$ 747,7 milhões, dos quais R\$ 31.2 milhões foram distribuídos a título de juros sobre capital próprio e, sofreram a incidência de imposto de renda retido na fonte, mediante aplicação da alíquota de 15% e o montante de R\$716.5 milhões a título de dividendos antecipados.

Os proventos foram pagos aos acionistas no dia 28 de setembro de 2012.

Conclusão da aquisição do controle da Merchant E-Solution (“MeS”):

No dia 2 de julho de 2012, a Sociedade divulgou o compromisso para aquisição, mediante cumprimento de determinadas condições precedentes e por meio da empresa subsidiária no exterior, de 100% do capital da Merchant e-Solutions (“MeS”), companhia norte-americana provedora global de soluções para pagamento. A aquisição foi efetuada pelo valor de US\$670 milhões.

A MeS, fundada em 2000, possui plataforma tecnológica de última geração, desenvolvida especificamente para o negócio de adquirência, o que permitiu à mesma se diferenciar no mercado americano. Essa plataforma, considerada “best in class” na indústria de meios de pagamento, permitirá a Sociedade atingir um novo patamar tecnológico, reforçando a estratégia de oferecer soluções e serviços inovadores aos seus clientes e parceiros no Brasil.

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição de 100% das ações do capital social da Merchant e-Solutions.

DESEMPENHO OPERACIONAL 3º TRIMESTRE DE 2012

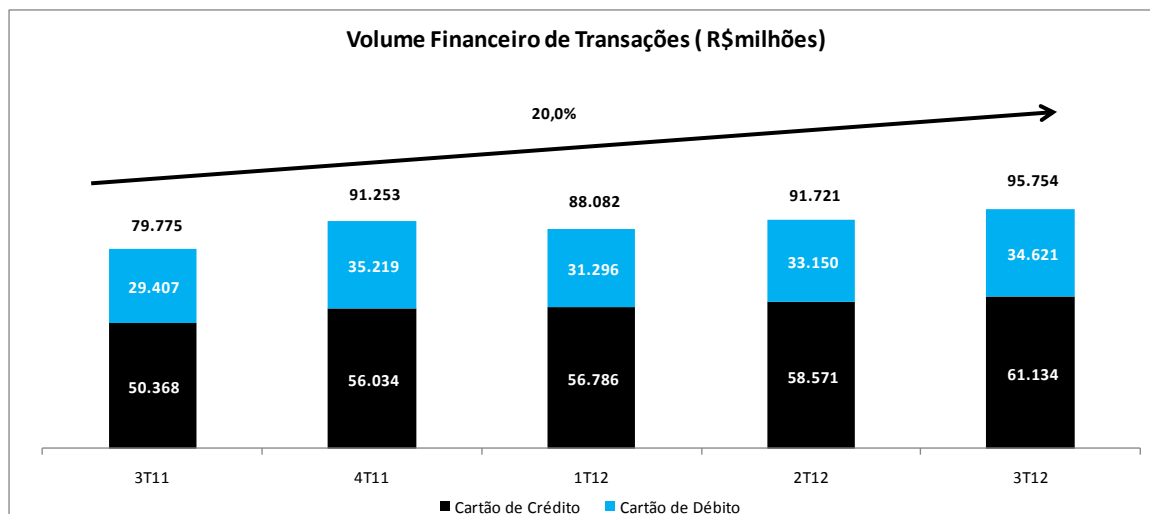
Volume Financeiro de Transações

No 3T12, a Cielo capturou 1,334 bilhão de transações, um crescimento de 14,3% em relação ao 3T11 e um aumento de 4,1% sobre o 2T12. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 95,7 bilhões, representando um acréscimo de 20,0% quando comparado aos R\$ 79,8 bilhões no mesmo período em 2011 e aumento de 4,4% em relação ao 2T12.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 61,1 bilhões no 3T12, o que representou um crescimento de 21,4% em relação ao 3T11 e aumento de 4,4% em relação ao 2T12. O ticket médio das transações com cartão de crédito foi de R\$ 78,94 no 3T12, 2,7% e 1,2% acima do ticket médio das transações no 3T11 e 2T12, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 34,6 bilhões no 3T12, um crescimento de 17,7% em relação ao 3T11 e aumento de 4,4% em relação ao 2T12. O ticket médio das transações de cartão de débito foi de R\$ 61,84 no 3T12, 0,5% superior ao 3T11 e 0,9% inferior ao ticket médio das transações do 2T12.



Clientes Credenciados

O número de clientes credenciados ativos totalizava 1,3 milhão ao final do 3T12, o que representa um aumento de 11,9% sobre o 3T11 e um aumento de 2,1% sobre o 2T12. São considerados ativos aqueles clientes que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

CLIENTES CREDENCIADOS	3T12	3T11	2T12	3T12 X 3T11	3T12 X 2T12
Clientes Ativos em 60 dias (mil)	1.291	1.153	1.264	11,9%	2,1%

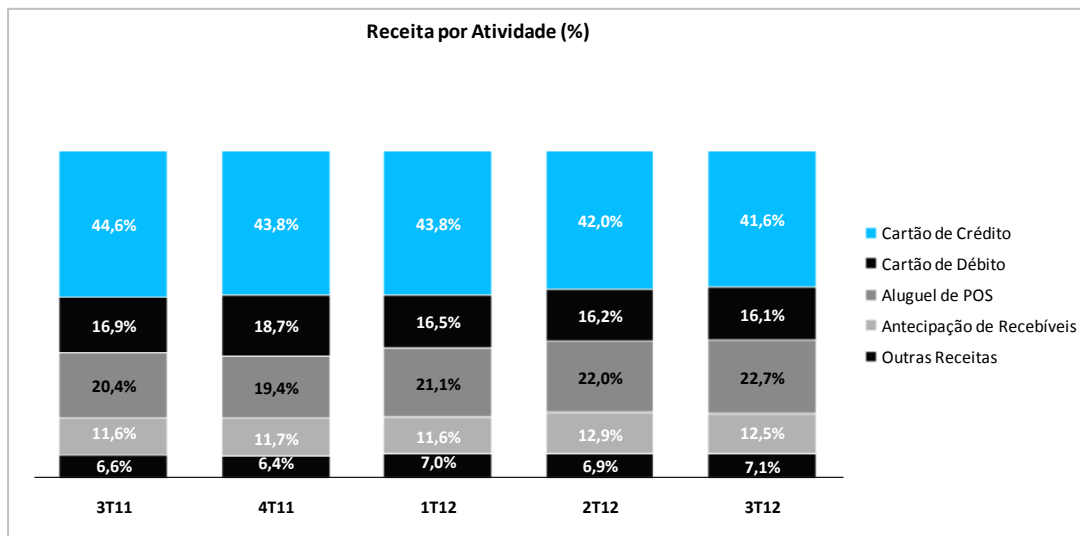
DESEMPENHO FINANCEIRO 2T12

Fontes de receita

As principais fontes de receitas são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS, outras receitas, e de antecipação de recebíveis aos seus clientes.

Comentário do Desempenho

A evolução das fontes de receita totais da Sociedade segue abaixo:



No 3T12, a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis (ARV) totalizou R\$ 1.551,6 milhões, um crescimento de 28,1% sobre o mesmo trimestre de 2011 e aumento de 5,5% em relação ao 2T12.

Receita Operacional Bruta

A evolução das receitas operacionais brutas seguem:

A receita de comissões de crédito e débito totalizou R\$ 986,8 milhões no 3T12, 19,9% superior ao mesmo período de 2011. O aumento de R\$ 163,7 milhões resultou principalmente do aumento do volume financeiro de aproximadamente 20,0% e da variação no mix de produtos (participação maior do produto crédito).

Com relação ao 2T12, a receita total de comissões aumentou R\$ 45,7 milhões, ou 4,9%, em função principalmente do aumento do volume financeiro em aproximadamente 4,4%.

- A receita de transações com cartão de crédito totalizou R\$ 711,2 milhões no 3T12, 19,2% superior à do 3T11, que foi de R\$ 596,6 milhões. O aumento de R\$114,6 milhões deve-se ao maior volume faturado de 21,4% e pela variação no mix de produtos (participação maior do parcelado), parcialmente impactado pela redução na taxa de desconto.

Com relação ao 2T12, a receita com cartão de crédito cresceu 4,6%. Este acréscimo de R\$ 31,5 milhões deve-se principalmente ao aumento de 4,4% no volume faturado e pela variação de mix de produtos (participação maior do parcelado).

Comentário do Desempenho

- A receita de transações com cartão de débito cresceu 21,7% quando comparada ao mesmo período de 2011, alcançando R\$ 275,6 milhões. O aumento de R\$ 49,1 milhões é reflexo principalmente do aumento de 17,7% no volume faturado.

Em comparação ao 2T12, a receita com cartão de débito aumentou 5,4%. Este aumento de R\$ 14,2 milhões foi consequência principalmente do aumento de 4,4% no volume faturado.

A receita de aluguel de equipamentos (POS) totalizou R\$ 388,2 milhões, 42,6% superior ao registrado no mesmo período de 2011. O aumento ocorreu principalmente em função do aumento no número de POS instalados, que atingiu 1.659 mil unidades no final do trimestre e da maior participação de equipamentos WiFi/GPRS (com aluguel mais elevado).

Em comparação ao 2T12, a receita de aluguel de equipamentos foi 9,1% superior principalmente em função do crescimento da base de equipamentos instalados.

A linha de Outras Receitas totalizou R\$ 121,3 milhões, um aumento de 37,8% quando comparado ao mesmo trimestre de 2011. Este aumento de R\$ 33,3 milhões é justificado principalmente pela variação da receita em R\$ 16,5 milhões da controlada M4U, pelo aumento da receita proveniente da controlada Braspag em R\$ 5,1 milhões e também pelo aumento nas outras receita operacionais da Sociedade como a de trava de domicílio bancário e o serviços de plataforma promocional.

Em relação ao 2T12, Outras Receitas apresentou crescimento de 8,1%, ou R\$ 9,0 milhões, representado substancialmente pelo aumento nas receitas da controladas M4U e Braspag.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em 19,1%,totalizando R\$ 435,5 milhões no 3T12, comparado a R\$ 365,6 milhões no mesmo trimestre de 2011. Este aumento de R\$ 69,9 milhões foi basicamente composto de:

- Aumento de R\$ 45,7 milhões em função do aumento de volume das transações capturadas;
- Aumento de R\$ 12,2 milhões referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pelo aumento do parque total e pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais GPRS, que apresentam valores mais elevados;

Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 10,1 milhões devido aos custos relacionados às controladas M4U, Orizon e Cielopar (Paggo e Braspag) e;
- Aumento de R\$ 1,9 milhões em função de maior ativação e manutenção de terminais.

Na análise comparativa com o 2T12, o custo dos serviços prestados foi R\$ 27,8 milhões maior no 3T12, ou 6,8%. Este aumento foi basicamente composto de:

- Aumento de R\$ 22,9 milhões em função do aumento do volume das transações capturadas;
- Aumento de R\$ 4,4 milhões referente à custos de infraestrutura e manutenção de sistemas;
- Aumento de R\$ 1,6 milhão devido aos custos relacionados às controladas M4U, Orizon e Paggo e Braspag e;
- Redução de R\$ 1,1 milhão referente à menor depreciação de equipamentos de captura (POS).

Despesas Operacionais

3T12 x 3T11

As despesas operacionais aumentaram R\$ 34,5 milhões, ou 21,6%, ficando em R\$ 194,5 milhões no 3T12, comparado a R\$ 160,0 milhões no mesmo trimestre de 2011.

As principais variações seguem:

- As **despesas de pessoal** aumentaram 13,6% ou R\$ 6,7 milhões em relação ao 3T11, em função, entre outras razões, do reajuste de 5 % nos salários, definido pelo acordo com o sindicato no 3T12.
- As **despesas gerais e administrativas** aumentaram 14,9% ou R\$ 5,8 milhões em relação ao 3T11, principalmente em função do aumento de gastos com serviços profissionais (principalmente desenvolvimento de softwares, manutenção e desenvolvimento de soluções para terminais de POS).
- As **despesas de vendas e marketing** aumentaram 36,3% ou R\$ 16,4 milhões em relação ao 3T11, em função da realização de campanhas com parceiros (bancos, franquias e bandeiras) e dos incentivos pagos a bancos parceiros como despesas de vendas e gastos com campanhas de marketing compartilhados.

Comentário do Desempenho

- **Outras (despesas) receitas operacionais líquidas** aumentaram 20,2% ou R\$ 5,2 milhões.

3T12 x 2T12

Com relação ao 2T12, as despesas operacionais diminuíram 13,1%, ou R\$ 29,3 milhões:

- As **despesas de pessoal** aumentaram 8,0% ou R\$ 4,1 milhão em relação ao 2T12, em função principalmente do reajuste de 5 % nos salários, definido pelo acordo com o sindicato no 3T12.
- As **despesas gerais e administrativas** diminuíram 21,9% ou R\$ 12,5 milhões em relação ao 2T12, principalmente em função da redução de gastos com serviços de consultoria.
- As **despesas de vendas e marketing** diminuíram 20,5% ou R\$ 15,9 milhões em relação ao 2T12, principalmente devido ao fato do 2T12 ter apresentado um montante elevado nesta rúbrica em função da postergação de iniciativas do 1T12.
- **Outras (despesas) receitas operacionais líquidas** diminuíram R\$ 5,0 milhões em relação ao 2T12.

Resultado financeiro

As **receitas financeiras** do trimestre totalizaram R\$ 5,6 milhões no 3T2012, 27,5% inferior ao mesmo período de 2011. A redução de R\$ 2,1 milhões em relação ao 3T11, deve-se principalmente ao menor saldo médio das aplicações financeiras em decorrência das alocações de recursos financeiros para aumento na operação de antecipações de recebíveis (ARV).

Com relação ao 2T12, as receitas financeiras reduziram R\$ 0,4 milhões ou 7,2%.

As **despesas financeiras** do trimestre totalizaram R\$ 19,9 milhões no 3T2012, 53,7% superior ao mesmo período de 2011. O aumento de R\$ 6,9 milhões em relação ao 3T11, deve-se substancialmente ao maior saldo médio de operações de antecipação do fluxo de recebíveis junto aos bancos emissores e pela atualização monetária do contas a pagar (“earn out”) na aquisição da controlada M4U.

Com relação ao 2T12, as despesas financeiras reduziram R\$ 7,2 milhões ou 26,6% em função da atualização monetária do contas a pagar (“earn out”) na aquisição da controlada M4U realizado em junho de 2012.

Comentário do Desempenho

As receitas de antecipação de recebíveis, líquido do ajuste a valor presente, totalizaram R\$ 213,3 milhões no 3T2012, 37,9% superior ao mesmo período de 2011. O aumento de R\$ 58,6 milhões em relação ao 3T11, deve-se substancialmente ao aumento na volume de operações de antecipação de clientes .

Com relação ao 2T12, as despesas financeiras reduziram R\$ 7.2 milhões ou 26,6% em função da atualização monetária do contas a pagar (“earn out”) na aquisição da controlada M4U realizado em junho de 2012.

A receita de Antecipações de Recebíveis, líquida do ajuste a valor presente somou R\$ 213,3 milhões no 3T12, representando um crescimento de 37,9% ou R\$ 58,6 milhões em relação ao 3T11 e um aumento de 2,1% ou R\$ 4,3 milhões em relação ao 2T12. O aumento nas receitas de antecipação de recebíveis, líquida no ajuste a valor presente, deve-se substancialmente ao aumento no volume financeiro de perações de transações antecipadas no 3T12, considerando que o valor do e o ticket médio destas operações permaneceu praticamente estável com relação a trimestres anteriores.

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, acrescido das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalte-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

EBITDA (R\$ milhões)	3T12	3T11	2T12	3T12 X 3T11	3T12 X 2T12
Lucro Líquido Cielo	588,9	457,5	548,9	28,7%	7,3%
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.	1,8	1,5	1,7	18,5%	1,2%
Resultado Financeiro	(199,3)	(149,4)	(189,0)	33,4%	5,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	316,9	221,1	268,0	43,4%	18,2%
Depreciação e Amortização	74,2	61,6	75,5	20,4%	-1,8%
EBITDA	782,5	592,3	705,1	32,1%	11,0%
% Margem EBITDA	58,5%	56,1%	55,9%	2,4 p.p.	2,6 p.p.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco devem ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade da Sociedade e suas controladas, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Sociedade, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Comentário do Desempenho

Não obstante essas considerações, a Administração da Sociedade acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornecem informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e sobre a rentabilidade do segmento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sociedade adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

A Cielo possui Conselho de Administração composto por 10 membros (2 independentes) e Conselho Fiscal com 3 membros. Além dos citados órgãos societários, foram instalados comitês de assessoramento, responsáveis pela formulação de recomendações quanto a estratégias de negócios, o que engloba estratégias de longo prazo, desempenho da Sociedade e controle e fiscalização das medidas adotadas. Atualmente, além do comitê de Auditoria, que possui previsão estatutária, estão instalados os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Finanças, Pessoas e Governança Corporativa.

A Sociedade adota Políticas de Divulgação de Informações, de Negociação de Ações e Código de Ética, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 3T12 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de Revisão da Informações Trimestrais-ITR realizada pelos auditores independentes em 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, São Paulo, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla “CIEL3”, e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

Controladas diretas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”), CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) e Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”) - tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotista ou acionista (“holdings”).

Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços.

Notas Explicativas

Controladas indiretas

- Prevsaude Comercial de Produtos e de Beneficios de Farmacia Ltda. (“Prevsaude”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a prestaço de serviços de beneficio farmaceutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saude, clientes publicos e grandes laboratorios. A Prevsaude administra a relaço dos funcionarios de seus clientes com as farmacias, com os medicos e com a propria empresa contratante.
- Precisa Comercializaço de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a comercializaço de medicamentos em geral, com foco na prevenço e manutenço do estado de saude, com sistema de entrega programada. A Precisa   uma “farmacia” voltada para atender aos clientes da Prevsaude, com foco principal nos pacientes cronicos. Ela   responsavel pela entrega de medicamentos de administraço recorrente aos clientes da Prevsaude com doenças cronicas, tais como diabetes, cancer e problemas cardiacos e de presso, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- Multidisplay Comercio e Serviços Tecnologicos S.A. (“Multidisplay”) - controlada da Servrede, tem como objeto social a prestaço de serviços de transmisso de dados de recarga de creditos de telefonia fixa ou celular; o comercio de recarga de aparelhos celulares ou fixos; a prestaço de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comercio de produtos e a prestaço de serviços tecnologicos; e a representaço comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”) - controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestaço de serviços de transmisso de dados de recarga de creditos de telefonia fixa ou celular, televiso pr -paga, transporte pré-pago e similares; a prestaço de serviços de pagamento movel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Paggo Soluçoes e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluçoes”) - controlada da Cielo, tem como objeto social a prestaço de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitaço de cartoes de credito e de debito; a prestaço de serviços de instalaço e manutenço de soluçoes e meios eletronicos para captura e processamento de dados relativos às transaçoes decorrentes de uso de cartoes de credito e de debito; e a administraço dos pagamentos e recebimentos com a rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmisso, processamento dos dados e liquidaço das transaçoes eletronicas com cartoes de credito e de debito na modalidade de pagamentos moveis.
- Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transaçoes eletronicas; serviços de tecnologia voltados   cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
- Merchant e-Solutions, Inc. (“MeS”) - controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestaço de serviços relacionados   viabilizaço de pagamentos eletronicos com cartoes de credito e debito, compreendendo: autorizaço de transaçoes, liquidaçoes financeiras e notificaço de transaçoes aos estabelecimentos comerciais. A MeS presta serviços aos estabelecimentos comerciais credenciados e aos bancos.

Notas Explicativas

A Cielo e suas controladas são também designadas como “Grupo” ao longo deste relatório.

Reestruturação societária

No trimestre findo em 30 de setembro de 2012, o Grupo iniciou um processo de reestruturação societária, o qual visa simplificar sua estrutura operacional e permitir um melhor aproveitamento dos recursos da Sociedade.

Dentro deste contexto, em 3 de setembro de 2012 foi deliberada a redução do capital social da CieloPar em R\$48.718, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Paggo passasse a ser detida diretamente pela Cielo. Essa redução no capital social foi realizada a valores contábeis e, conseqüentemente, não houve nenhum ganho/perda.

Adicionalmente, em 27 de setembro de 2012 foi deliberada a redução do capital social da Servrede em R\$3.105 mediante a devolução do excedente de recursos de caixa e equivalentes de caixa para a Cielo. Essa redução no capital social foi realizada a valores contábeis, conseqüentemente, não houve nenhum ganho/perda.

Aquisição da Merchant e-Solutions

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Merchant e-Solutions, empresa norte-americana provedora global de soluções para pagamento, a qual possui plataforma tecnológica de última geração desenvolvida especificamente para o negócio de adquirência o que permitiu à mesma se diferenciar no mercado americano. Os custos relacionados a esta aquisição foram de R\$19.967.

Caso essa combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2012, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 as receitas líquidas consolidadas do Grupo seriam de aproximadamente R\$4.350.000 e o resultado do exercício das operações continuadas seria de aproximadamente R\$1.740.000. A Administração do Grupo considera que esses valores “pro forma” representam uma medida aproximada do desempenho do Grupo combinado e, por esse motivo, não devem ser considerados como garantia para a projeção de lucros futuros. No entanto, essa estimativa ainda não contempla a alocação do ágio da aquisição, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Para apurar as receitas líquidas consolidadas e o resultado “pro forma” do Grupo como se a Merchant e-Solutions tivesse sido adquirida no início do exercício atual, a Administração:

- Calculou a depreciação dos equipamentos adquiridos com base nos valores justos originados da contabilização inicial da combinação de negócios.
- Apurou os custos de empréstimos como se o empréstimo tivesse sido captado em 1º de janeiro de 2012.

Notas Explicativas

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora (BR GAAP)”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado (IFRS e BR GAAP)”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias de cada empresa do Grupo, (localizadas no Brasil e cuja moeda funcional é real (R\$)), as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção dos investimentos contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (“hedge de investimento”).

Notas Explicativas

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions. Esses empréstimos serão integralmente liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Merchant e-Solutions, os serviços prestados e o fluxo de caixa são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MeS (localizadas nos EUA), originalmente denominadas em dólares norte americanos, foram convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias do período. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: alienação da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período de divulgação. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

2.5. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

Sobre o contas a receber dos bancos emissores relacionadas às operações de antecipações de recebíveis é registrado ajuste a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando as taxas de juros contratadas nessas operações.

Notas Explicativas

2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.

Notas Explicativas

- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada período de relatório, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

2.9. Combinação de negócios

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Informações contábeis intermediárias individuais

Nas informações contábeis intermediárias individuais, a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se dos mesmos critérios aplicáveis às informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

Notas Explicativas

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11. Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores.

A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Nesse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social. Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do Grupo apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto não relacionada a ele.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas informações financeiras intermediárias foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos (“US GAAP”). Como consequência, são efetuados ajustes a tais informações financeiras intermediárias das controladas no exterior caso os efeitos sejam relevantes para que estas apresentem uniformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Notas Explicativas

2.12. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do período.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das informações contábeis intermediárias e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Notas Explicativas

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.14. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.

Notas Explicativas

- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

Notas Explicativas

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Notas Explicativas

2.15. Derivativos

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos Contrato a Termo de Moeda em Entrega Física (“*Non Deliverable Forward - NDF*”), para administrar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio em investimentos no exterior. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos através de cotações obtidas de participantes do mercado, de forma a refletir o valor justo dos instrumentos financeiros na data das informações financeiras intermediárias.

2.16. Contabilização de “hedge”

O Grupo designa o NDF, instrumento financeiro derivativo de “hedge” para riscos relacionados à moeda estrangeira, como “hedge de investimentos líquidos em operações no exterior”.

Na data da contratação do instrumento financeiro, a Sociedade documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os “hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de “hedge” são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na rubrica “Hedge” de investimento líquido no exterior”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Os ganhos e perdas do instrumento de “hedge” relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira são reclassificados para o resultado do exercício quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso daquelas em que o instrumento financeiro derivativo apresente vencimento anterior ao do item objeto de “hedge”.

A nota explicativa nº 24.e) traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

2.17. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços.

Notas Explicativas

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

2.18. Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Esses processos judiciais são avaliados pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificados por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, ao prazo e ao valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as informações contábeis intermediárias, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis intermediárias, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.g).

Notas Explicativas

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.21. Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

2.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

2.23. Novas normas, alterações e interpretações de normas

No primeiro semestre de 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor no segundo semestre de 2012 e em 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 - Acordos Conjuntos, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de setembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

2.24. Reclassificações

A demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentada para fins de comparação, foi reclassificada para refletir as despesas com incentivos fiscais relacionadas a programas de doação para atividades culturais e artísticas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”, conforme mencionado na nota explicativa nº 23.

No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, apresentado para fins de comparação, o imposto de renda diferido passivo anteriormente classificado no passivo não circulante foi reclassificado para o ativo não circulante na rubrica de “Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos”.

A demonstração consolidada do fluxo de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, apresentada para fins de comparação, foi reclassificada para adequá-la à apresentação adotada em 2012, como segue:

	Conforme originalmente <u>apresentado</u>	<u>Reclassificação</u>	Conforme apresentado em <u>30/09/2012</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	1.775.732	2.694	1.778.426
Caixa líquido das atividades de investimento	(365.298)	-	(365.298)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(1.387.551)	(2.694)	(1.390.245)

3. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Os resultados das controladas adquiridas são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede, Cielo USA Inc. (Balanço patrimonial de 30 de setembro de 2012) e CieloPar, das controladas indiretas Merchant e-Solutions (balanço patrimonial de 31 de agosto de 2012), Multidisplay, M4 Produtos e Braspag (a partir de 23 de maio de 2011) e proporcionalmente das “joint ventures” Orizon, Prevsauúde, Precisa e Paggo (a partir de 28 de fevereiro de 2011). Na elaboração destas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Empresas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” Orizon, Prevsauúde, Precisa e Paggo foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Sociedade e suas parceiras nessas “joint ventures”, em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

3.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA, Inc.	100,00	-	100,00	-
CieloPar	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
MeS	100,00	-	100,00	-
M4 Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	100,00	100,00	100,00	100,00

Notas Explicativas

	30.09.2011					
	M4					
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>Produtos</u>	<u>Braspag</u>
Resultado:						
Receita líquida	75.223	-	-	57.934	27.450	2.833
Lucro (prejuízo) bruto	71.040	(3.654)	-	2.621	11.593	1.417
Lucro (prejuízo) operacional						
antes do resultado financeiro	3.782	1.020	(5.905)	7.496	8.459	187
Lucro (prejuízo) antes do						
imposto de renda e da						
contribuição social	4.297	1.102	(5.905)	7.501	8.918	223
Lucro (prejuízo) líquido do						
período	2.905	1.723	(5.905)	6.960	5.464	174

3.1.1. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00

As informações financeiras das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, considerando o controle compartilhado do período através dos Acordos de Acionistas. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das “joint ventures”:

	30.09.2012			
	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsáude</u>	<u>Paggo Soluções</u>
Ativo:				
Circulante	69.498	22.201	3.694	4.675
Não circulante	59.199	1.176	315	516
Total do ativo	<u>128.697</u>	<u>23.377</u>	<u>4.009</u>	<u>5.191</u>
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	10.791	8.994	2.059	2.844
Não circulante	411	-	-	-
Patrimônio líquido	<u>117.495</u>	<u>14.383</u>	<u>1.950</u>	<u>2.347</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>128.697</u>	<u>23.377</u>	<u>4.009</u>	<u>5.191</u>

Notas Explicativas

	31.12.2011			
	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsauúde</u>	<u>Paggo Solu�es</u>
Ativo:				
Circulante	57.207	20.909	2.404	10.348
Não circulante	<u>56.846</u>	<u>680</u>	<u>321</u>	<u>396</u>
Total do ativo	<u>114.053</u>	<u>21.589</u>	<u>2.725</u>	<u>10.744</u>
Passivo e patrim�nio líquido:				
Circulante	7.929	8.595	2.014	5.251
Não circulante	1.545	2.954	47	-
Patrim�nio líquido	<u>104.579</u>	<u>10.040</u>	<u>664</u>	<u>5.493</u>
Total do passivo e patrim�nio líquido	<u>114.053</u>	<u>21.589</u>	<u>2.725</u>	<u>10.744</u>

A seguir estão demonstradas as principais rubricas da demonstra o do resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011:

	30.09.2012			
	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsauúde</u>	<u>Paggo Solu�es</u>
Resultado:				
Receita líquida	52.127	66.204	7.701	303
Lucro (prejuízo) bruto	24.132	6.720	2.985	(5.042)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	12.753	5.783	1.684	(11.487)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribui�o social	15.917	5.626	1.672	(11.345)
Lucro (prejuízo) líquido do período	12.916	4.343	1.286	(11.345)
	30.09.2011			
	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsauúde</u>	<u>Paggo Solu�es</u>
Resultado:				
Receita líquida	44.188	56.258	6.050	358
Lucro (prejuízo) bruto	18.558	2.089	1.047	(3.840)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	7.760	1.129	658	(4.209)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribui�o social	10.436	643	560	(4.257)
Lucro (prejuízo) líquido do período	7.896	109	514	(4.257)

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	6.076	1.489	9.953	6.257
Moeda estrangeira	3.963	15.453	97.998	15.453
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	207.646	207.508	233.379	223.296
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	23.962	13.546	48.653	44.907
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>3.249</u>	<u>3.002</u>	<u>3.248</u>	<u>3.002</u>
Total	<u>244.896</u>	<u>240.998</u>	<u>393.231</u>	<u>292.915</u>

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de setembro de 2012, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 102,31% (101,8% em 31 de dezembro de 2011), do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica “Caixa e bancos” são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Antecipação de recebíveis (a)	3.929.442	2.924.791	3.929.442	2.924.791
Trava de domicílio bancário (b)	7.042	5.165	7.042	5.165
Serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	-	-	7.677	6.857
Serviço de captura e processamento de cartões de vale- refeição e vale-transporte (d)	4.999	4.769	4.999	4.769
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (e)	-	-	42.538	38.276
Contestações de portadores de cartões de crédito - “chargeback” (f)	8.349	34.956	8.349	34.956
Outras contas a receber	<u>2.586</u>	<u>2.115</u>	<u>5.987</u>	<u>4.685</u>
Total	<u>3.952.418</u>	<u>2.971.796</u>	<u>4.006.034</u>	<u>3.019.499</u>

Notas Explicativas

- (a) Em 30 de setembro de 2012, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2012, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$110.540 (R\$100.900 em 31 de dezembro de 2011), haja vista que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (e) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4 Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.
- (f) Corresponde substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito. A despesa com perdas de “chargeback” no período findo em 30 de setembro de 2012 totaliza R\$31 (R\$4.289 em 31 de dezembro de 2011).

O saldo da rubrica “Contas a receber operacionais”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
A vencer	3.944.069	2.936.840	3.997.685	2.984.543
Vencidos até 45 dias	<u>8.349</u>	<u>34.956</u>	<u>8.349</u>	<u>34.956</u>
Total	<u>3.952.418</u>	<u>2.971.796</u>	<u>4.006.034</u>	<u>3.019.499</u>

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Notas Explicativas

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	256.690	213.241	267.485	224.044
Provisão para despesas diversas	107.196	85.740	106.660	86.357
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	37.584	34.408	37.584	34.408
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.192	1.053	1.192	1.053
Perda com Instrumentos Financeiros <i>Hedge</i>	455	-	455	-
Outras diferenças temporárias (*)	-	-	(5.782)	-
Efeito sobre alocação de preço de aquisição da controlada M4U	-	-	(3.951)	(4.751)
Total	<u>403.117</u>	<u>334.442</u>	<u>403.643</u>	<u>341.111</u>

(*) Corresponde ao imposto de renda diferido passivo sobre diferenças entre os valores contábeis e fiscais de ativos imobilizados, intangíveis e ágios, reconhecidos conforme a legislação tributária norte-americana pela controlada Merchant e-Solutions.

7. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Em controladas	708.068	139.115
Em controladas em conjunto	<u>43.414</u>	<u>36.945</u>
Total	<u>751.482</u>	<u>176.060</u>

Principais informações sobre as controladas, controladas indiretas e controladas em conjunto

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Participação - %		Equivalência patrimonial		Investimentos	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Servinet	16.433	22.163	3.270	2.905	99,99	99,99	3.270	2.905	16.432	22.163
Servrede	19.399	27.810	(3.506)	1.723	99,99	99,99	(3.506)	1.723	19.397	27.810
Orizon (a)	117.495	104.579	12.916	7.896	40,95	40,95	5.289	3.233	42.240	36.945
CieloPar	41.861	89.142	(2.064)	(5.905)	99,99	99,99	(2.064)	(5.905)	41.860	89.142
Paggo (b)	2.347	-	(2.396)	-	50,00	-	(1.198)	-	1.174	-
Cielo USA	630.382	-	(1.776)	-	100,00	-	(1.776)	-	630.379	-
Total							<u>15</u>	<u>1.956</u>	<u>751.482</u>	<u>176.060</u>

Notas ExplicativasControladas em conjunto de forma indireta

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do período		Participação - %	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	31.12.2011
Prevsáude	1.950	664	1.286	514	40,95	40,95
Precisa	14.383	10.040	4.343	109	40,95	40,95
Multidisplay	15.128	11.876	9.252	6.960	50,10	50,10
M4 Produtos	12.156	9.738	7.929	5.464	50,10	50,10
Paggo (b) (c)	-	5.493	(8.949)	(4.257)	-	50,00
Braspag	4.757	1.497	3.260	174	100,00	100,00
MeS (d)	180.098	-	-	-	100,00	-

- (a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda. e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 3 de setembro de 2012 foi deliberada a redução de capital social da CieloPar, que é controlada pela Cielo, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Paggo passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.
- (c) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compras, de acordo com o CPC 15 - Combinação de negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.
- (d) O controle da MeS foi adquirido em 31 de agosto de 2012 e, para efeito do cálculo do investimento da Sociedade em 30 de setembro de 2012, foi utilizado o balanço patrimonial levantado naquela data.

Na consolidação das demonstrações financeiras da controlada direta Orizon e das controladas indiretas Prevsáude, Multidisplay, M4 Produtos, Braspag e MeS foram utilizadas as demonstrações financeiras de 31 de agosto de 2012 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de setembro de 2012. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de nove meses findo em 31 de agosto de 2012.

A movimentação dos investimentos nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 é como segue:

31 de dezembro de 2010	76.088
Aumento de capital em controlada - CieloPar	92.001
Equivalência patrimonial	<u>1.956</u>
30 de setembro de 2011	<u>170.045</u>
31 de dezembro de 2011	176.060
Aumento de capital em controlada:	
CieloPar	3.500
Cielo USA	629.291
Varição cambial sobre investimentos no exterior	2.867
Efeito da reestruturação societária em setembro de 2012:	
Redução de capital na CieloPar (a)	(46.979)
Redução de capital na Servrede (b)	(3.105)
Dividendos recebidos:	
Servinet	(9.000)
Servrede	(1.800)
Equivalência patrimonial	15
Efeito da alocação do valor pago pela Paggo (c)	<u>633</u>
30 de setembro de 2012	<u>751.482</u>

Notas Explicativas

- (a) A redução de capital social da CieloPar, no montante de R\$48.718, foi efetuada com base na entrega do acervo líquido composto por: (i) investimento de R\$1.739 e (ii) transferência do ágio na aquisição da Paggo, de R\$46.979, para a Sociedade, classificado no ativo intangível.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 27 de setembro de 2012 foi aprovada a redução de capital da Servrede Serviços S.A. mediante a devolução de recursos do excedente do caixa e equivalentes de caixa para a Sociedade.
- (c) O software (plataforma) da Paggo, alocado como ágio na Sociedade, sofre amortização mensalmente. Sendo assim, na Sociedade há a reconstituição do investimento, registrada a partir de setembro de 2012, tendo como contrapartida a rubrica “Depreciações e amortizações”.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora (BR GAAP)			
		30.09.2012		31.12.2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.036.440	(578.791)	457.649	476.102
Equipamentos de processamento de dados	20	45.316	(25.264)	20.052	18.487
Máquinas e equipamentos	10	41.036	(39.403)	1.633	2.450
Instalações	10	13.053	(7.534)	5.519	6.027
Móveis e utensílios	10	6.501	(3.102)	3.399	3.830
Veículos	20	2.771	(1.105)	1.666	1.363
Total		1.145.117	(655.199)	489.918	508.259

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		30.09.2012		31.12.2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	1.039.983	(582.040)	457.943	476.406
Equipamentos de processamento de dados	20	61.399	(35.367)	26.032	21.697
Máquinas e equipamentos	10	47.612	(45.310)	2.302	3.068
Instalações	10	26.122	(13.525)	12.597	13.771
Móveis e utensílios	10	10.535	(5.053)	5.482	6.065
Veículos	20	2.798	(1.133)	1.665	1.362
Total		1.188.449	(682.428)	506.021	522.369

Notas Explicativas

(*) Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$3.506 e R\$3.099, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

A movimentação do imobilizado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				30.09.2012
	31.12.2011	Adições/ transferências	Baixas	Depreciações	
Equipamentos POS	476.102	192.801	(13.617)	(197.637)	457.649
Equipamentos de processamento de dados	18.487	5.563	-	(3.998)	20.052
Máquinas e equipamentos	2.450	91	-	(908)	1.633
Instalações	6.027	36	-	(544)	5.519
Móveis e utensílios	3.830	15	(2)	(444)	3.399
Veículos	<u>1.363</u>	<u>661</u>	<u>-</u>	<u>(358)</u>	<u>1.666</u>
Total	<u>508.259</u>	<u>199.167</u>	<u>(13.619)</u>	<u>(203.889)</u>	<u>489.918</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					30.09.2012
	31.12.2011	Adições	Baixas	Depreciações	Acervo adquirido	
Equipamentos POS	476.406	192.801	(13.618)	(197.767)	121	457.943
Equipamentos de processamento de dados	21.697	7.573	(5)	(4.869)	1.636	26.032
Máquinas e equipamentos	3.068	38	(3)	(985)	184	2.302
Instalações	13.771	871	(538)	(1.507)	-	12.597
Móveis e utensílios	6.065	110	(16)	(684)	7	5.482
Veículos	<u>1.362</u>	<u>661</u>	<u>-</u>	<u>(358)</u>	<u>-</u>	<u>1.665</u>
Total	<u>522.369</u>	<u>202.054</u>	<u>(14.180)</u>	<u>(206.170)</u>	<u>1.948</u>	<u>506.021</u>

	Controladora(BR GAAP)				30.09.2011
	31.12.2010	Adições	Baixas	Depreciações	
Equipamentos POS	326.942	229.619	(10.377)	(146.133)	400.051
Equipamentos de processamento de dados	8.988	13.120	-	(3.054)	19.054
Máquinas e equipamentos	3.835	1	-	(1.055)	2.781
Instalações	2.742	3.878	-	(412)	6.208
Móveis e utensílios	2.981	215	(4)	(357)	2.835
Veículos	<u>1.010</u>	<u>209</u>	<u>-</u>	<u>(223)</u>	<u>996</u>
Total	<u>346.498</u>	<u>247.042</u>	<u>(10.381)</u>	<u>(151.234)</u>	<u>431.925</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				Acervo	
	31.12.2010	Adições	Baixas	Depreciações	incorporado	30.09.2011
Equipamentos POS	327.488	229.619	(10.383)	(146.319)	-	400.405
Equipamentos de processamento de dados	11.945	13.739	(4)	(3.709)	150	22.121
Máquinas e equipamentos	4.294	112	(4)	(1.115)	8	3.295
Instalações	10.535	4.868	(349)	(1.379)	10	13.685
Móveis e utensílios	5.018	448	(146)	(567)	58	4.811
Veículos	<u>1.010</u>	<u>233</u>	<u>(11)</u>	<u>(237)</u>	<u>-</u>	<u>995</u>
Total	<u>360.290</u>	<u>249.019</u>	<u>(10.897)</u>	<u>(153.326)</u>	<u>226</u>	<u>445.312</u>

Em 31 de dezembro de 2011 havia ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados, com valores líquidos de R\$120. Em 30 de setembro de 2012 não há valores líquidos relacionados a operações de arrendamento financeiro, uma vez que a depreciação desses bens ocorreu até 31 de maio de 2012. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$144 e R\$289, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

Em 30 de setembro de 2012, a Sociedade possui contrato de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13 (a).

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

A composição analítica dos ágios em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Projeto Saúde (“Orizon”):				
Ágio na aquisição de controlada (a)	26.269	26.269	26.269	26.269
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon	-	-	13.532	13.532
Prevsauúde	-	-	3.179	3.179
Precisa	-	-	1.457	1.457
M4U	-	-	31.348	31.348

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Paggo	46.979	-	46.979	46.979
Braspag	-	-	38.743	39.343
Merchant-e Solutions	-	-	1.328.564	-
	73.248	26.269	1.490.071	162.107
Provisão para perdas com ágio (b)	(32.626)	(16.126)	(32.626)	(16.126)
Lucro não realizado (c)	-	-	(5.880)	(5.880)
Total	<u>40.622</u>	<u>10.143</u>	<u>1.451.565</u>	<u>140.101</u>

- (a) Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2009 sobre as controladas CBGS Ltda. e CBGS foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões para a manutenção da integridade do patrimônio líquido (“PMIPL”), nos valores de R\$11.064 e R\$15.205, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando-se que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2009 não alteraram a essência econômica daqueles ágios. A reconstituição dos ágios foi registrada em contrapartida da rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas”.
- (b) Corresponde à provisão para perdas nos ágios alocados no Projeto Saúde e na Paggo, nos montantes de R\$16.126 e R\$16.500, respectivamente.
- (c) Corresponde à eliminação do ganho de capital nas demonstrações financeiras consolidadas de 2009, gerado no aporte do investimento da CBGS Ltda. na Orizon a valor de mercado na sua então controlada em conjunto CBGS, na proporção da participação que a CBGS Ltda. detinha no capital social da CBGS.

A Sociedade revisa pelo menos anualmente o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Projeto Saúde

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed Ltda. e Dativa Conectividade em Saúde Ltda. pelo montante de R\$71.691, transferindo os ágios na aquisição dessas controladas, nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquidos da amortização registrada até a data da transação, e gerando um contas a pagar de R\$67.354 que seria integralizado em até dois anos após a transação. Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização registrada até 31 de dezembro de 2008.

Notas Explicativas

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perdas com ágio	(39.116)	99,99	(39.116)
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	<u>9.108</u>	40,95	<u>3.731</u>
Total	<u>73.017</u>		<u>39.801</u>

Aquisição do controle - Prevsáude e Precisa

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsáude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$11.322, o qual estava fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os anos posteriores ao da aquisição.

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> - %	<u>Líquido</u>
Prevsáude	7.765	40,95	3.179
Precisa	<u>3.557</u>	40,95	<u>1.457</u>
Total	<u>11.322</u>		<u>4.636</u>

Aquisição de controle - M4U

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu, através da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4 Produtos, que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis. O ágio, conforme o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (a) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (b) do valor das participações de acionistas não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.650, do qual R\$25.600 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante, será pago em até 37 meses a partir da data de fechamento, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Notas Explicativas

O valor do investimento registrado contabilmente pela Servrede inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
Valor justo dos ativos adquiridos (*)	<u>17.002</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	19.302
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
Ágio	<u>31.348</u>

(*) O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U em agosto de 2010 foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações similares. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Aquisição de participação - Paggo

Em setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade (através de sua controlada CieloPar) em uma nova sociedade denominada Paggo e Meios de Pagamento S.A. Com essa ação, a Sociedade buscou ampliar sua gama de produtos, alinhada com sua estratégia para o setor de “mobile payment”.

A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo. A aquisição da participação na Paggo deu-se em 28 de fevereiro de 2011 pelo valor de R\$47.000, pago integralmente na data da aquisição.

O balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2011 foi considerado como balanço de abertura como segue:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	35	-	35
Contas a receber operacional	8.627	-	8.627
Outros créditos	1.288	-	1.288
Ativo intangível	104.406	(104.406)	-
Fornecedores	(9.776)	-	(9.776)
Outras obrigações	<u>(132)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>
Total	<u>104.448</u>	<u>(104.406)</u>	<u>42</u>

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$46.979, gerado conforme segue:

Notas Explicativas

Ativos líquidos adquiridos	52.224
Ajuste no valor justo dos ativos adquiridos (*)	(52.203)
	21
Preço total dos ativos adquiridos	<u>47.000</u>
Ágio	<u>46.979</u>

(*) Corresponde substancialmente à provisão para perdas do direito de uso de softwares registrada na controlada em conjunto Paggo no balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2011, data do registro dos efeitos da alocação do ágio na aquisição do controle compartilhado. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada naquela data.

Com base no laudo de avaliação da alocação do ágio gerado na aquisição da Paggo, elaborado por avaliadores independentes e conforme pronunciamento técnico CPC 15, obteve-se o entendimento de que o valor pago está refletido substancialmente em expectativa de rentabilidade futura, ou seja, ágio (“goodwill”).

Devido ao início do processo de reestruturação societária mencionado na nota explicativa nº 1, o ágio alocado na empresa CieloPar foi utilizado para fins de redução de seu capital, passando, conseqüentemente, a ser registrado na controladora Cielo S.A.

Em setembro de 2012, foi identificada e registrada provisão para perda na recuperabilidade do ágio oriundo da aquisição da controlada Paggo. Essa perda é proveniente de alteração no planejamento de receitas futuras, inclusive com alteração no mix de produtos a serem ofertados, bem como da necessidade de investimentos adicionais para adequar a rentabilidade da controlada ao planejamento futuro, que afetam diretamente o fluxo de caixa nos próximos anos. Os valores da provisão de perdas foram contabilizados na Demonstração do Resultado na rubrica “Outras Despesas operacionais, líquidas”.

Aquisição do controle - Braspag

Em 23 de maio de 2011, através da controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda., líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$39.400.

O balanço patrimonial em 30 de abril de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	1.827	-	1.827
Contas a receber	2.362	-	2.362
Imobilizado e intangível	764	4.638	5.402
Fornecedores	(407)	-	(407)
Outras obrigações	<u>(2.922)</u>	<u>(5.605)</u>	<u>(8.527)</u>
Total	<u>1.624</u>	<u>(967)</u>	<u>657</u>

Notas Explicativas

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar, em 30 de setembro de 2012, inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$38.743, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	1.624
Valor justo dos passivos líquidos adquiridos (*)	<u>(967)</u>
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657
Preço de compra considerado	<u>39.400</u>
Ágio	<u>38.743</u>

(*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirida, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$5.605. Os ajustes relacionados à alocação do preço de compra foram reconhecidos retroativamente sobre os valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Aquisição do controle - Merchant-e Solutions

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Merchant e-Solutions, empresa norte-americana com sede na cidade de Redwood City - California.

As demonstrações financeiras da Merchant e-Solutions foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da America ("US GAAP") e foram originalmente preparadas em dólares norte-americanos. Na data da aquisição não existiam ajustes relevantes para a harmonização dos US GAAP às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS.

O balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Ajustes de aquisição</u>	<u>Valor justo na aquisição</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	93.500	-	93.500
Outros ativos	22.194	-	22.194
Imobilizado	1.949	-	1.949
Ágio na aquisição de investimentos	67.709	(67.709)	-
Ativo intangível(*)	107.734	-	107.734
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)	-	(87.916)
Outras obrigações	<u>(25.072)</u>	<u>-</u>	<u>(25.072)</u>
Total	<u>180.098</u>	<u>(67.709)</u>	<u>112.389</u>

(*) Substancialmente representado pelo custo de aquisição de carteiras de clientes, o qual será alocado quando da conclusão da avaliação do preço de aquisição.

Notas Explicativas

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA, Inc. inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$1.334.067, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	112.389
Preço de compra considerado:	
Aquisição do controle da MeS	1.365.256
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos (equivalente a US\$39,9 milhões)	<u>81.200</u>
Ágio	<u>1.334.067</u>

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2012, o laudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio gerado na aquisição da Merchant e-Solutions estava em fase de elaboração. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2012 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012, serão reconhecidos retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição. No entanto, considerando a data da aquisição (31 de agosto de 2012), não são esperados efeitos relevantes sobre as presentes demonstrações financeiras.

A movimentação do saldo de ágio nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR</u> <u>GAAP)</u>
31 de dezembro de 2010	10.143	53.779
Aquisição de controle - Paggo Soluções	-	(5.224)
Aquisição de controle - Braspag	<u>-</u>	<u>38.376</u>
30 de setembro de 2011	<u>10.143</u>	<u>86.931</u>
31 de dezembro de 2011	10.143	140.101
Recebimento referente à negociação de preço de aquisição da Braspag	-	(600)
Efeito da reestruturação societária em setembro de 2012		
- redução de capital da CieloPar	46.979	-
Provisão para perda de ágio - Paggo	(16.500)	(16.500)
Aquisição de controlada - MeS	-	1.334.067
Variação cambial	<u>-</u>	<u>(5.503)</u>
30 de setembro de 2012	<u>40.622</u>	<u>1.451.565</u>

Notas Explicativas

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Taxa anual de amortização - %	Controladora (BR GAAP)			
		30.09.2012		31.12.2011	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (a)	20	117.699	(84.382)	33.317	31.768
Desenvolvimento de projetos (b)	20	<u>25.044</u>	<u>(9.820)</u>	<u>15.224</u>	<u>17.479</u>
Total		<u>142.743</u>	<u>(94.202)</u>	<u>48.541</u>	<u>49.247</u>

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
		30.09.2012		31.12.2011		
		Custo	Amortização Acumulada	Acervo Adquirido	Líquido	Líquido
Software (a)	20	137.331	(91.907)	11.196	56.620	41.859
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.044	(9.820)	60.824	76.048	17.479
Acordo de não competição (c)	13,5	15.197	(4.519)	35.714	46.392	12.658
Contratos de serviços (c)	4	17.446	(5.331)	-	12.115	14.674
Relacionamento com clientes (d)	20	<u>1.444</u>	<u>(195)</u>	<u>-</u>	<u>1.249</u>	<u>1.357</u>
Total		<u>196.462</u>	<u>(111.772)</u>	<u>107.734</u>	<u>192.424</u>	<u>88.027</u>

- (a) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante. Adicionalmente, em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está contabilizada a provisão para softwares descontinuados de R\$2.000, como redutora do saldo da respectiva rubrica.
- (b) Representa gastos com desenvolvimento de novos produtos e serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da M4 Produtos e Multisplay, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. Os principais componentes dos cálculos dos ativos intangíveis são como segue:
- O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado através da metodologia do “Income Approach”, utilizando-se de uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

Notas Explicativas

- (d) Corresponde a alocações do ágio na aquisição do controle da Braspag, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e seu respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.

A movimentação do intangível nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)			
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30.09.2012</u>
Software	31.768	9.557	(8.008)	33.317
Desenvolvimento de projetos	<u>17.479</u>	<u>-</u>	<u>(2.255)</u>	<u>15.224</u>
Total	<u>49.247</u>	<u>9.557</u>	<u>(10.263)</u>	<u>48.541</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					<u>30.09.2012</u>
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortizações</u>	Acervo <u>Adquirido</u>	
Software	41.859	13.738	(14)	(10.159)	11.196	56.620
Desenvolvimento de projetos	17.479	-	-	(2.255)	60.824	76.048
Acordo de não competição	12.658	-	-	(1.980)	35.714	46.392
Contratos de serviços	14.674	-	-	(2.559)	-	12.115
Relacionamento com clientes	<u>1.357</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(108)</u>	<u>-</u>	<u>1.249</u>
Total	<u>88.027</u>	<u>13.738</u>	<u>(14)</u>	<u>(17.061)</u>	<u>107.734</u>	<u>192.424</u>

	Controladora (BR GAAP)				
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortizações</u>	<u>30.09.2011</u>
Software	20.012	24.274	(1.663)	(10.305)	32.318
Desenvolvimento de projetos	<u>20.055</u>	<u>430</u>	<u>-</u>	<u>(2.255)</u>	<u>18.230</u>
Total	<u>40.067</u>	<u>24.704</u>	<u>(1.663)</u>	<u>(12.560)</u>	<u>50.548</u>

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Acervo Adquirido	30.09.2011
	31.12.2010	Adições	Baixas	Amortizações			
Software	23.247	24.415	(1.737)	(14.755)	52.740	83.910	
Desenvolvimento de projetos	20.055	430	-	(2.255)	-	18.230	
Acordo de não competição	14.758	-	-	(1.575)	-	13.183	
Contratos de serviços	<u>17.446</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.079)</u>	<u>-</u>	<u>15.367</u>	
Total	<u>75.506</u>	<u>24.845</u>	<u>(1.737)</u>	<u>(20.664)</u>	<u>52.740</u>	<u>130.690</u>	

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

11. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP)	
	30.09.2012	31.12.2011
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	38.284.345	39.227.878
Antecipação de valores com bancos emissores (*)	1.637.094	545.721
Saldos a receber de bancos emissores	<u>(37.212.598)</u>	<u>(38.113.232)</u>
Total	<u>2.708.841</u>	<u>1.660.367</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.09.2012	31.12.2011
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	38.588.264	39.227.878
Antecipação de valores com bancos emissores (*)	1.637.094	545.721
Saldos a receber de bancos emissores	<u>(37.428.601)</u>	<u>(38.113.232)</u>
Total	<u>2.796.757</u>	<u>1.660.367</u>

(*) A Sociedade realiza operações de antecipação de valores que os emissores de cartão de crédito têm a repassar a ela.

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Notas Explicativas

Conforme descrito na nota explicativa nº 24.c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$2.708.841 na Controladora e R\$2.796.757 no Consolidado em 30 de setembro de 2012 (R\$1.660.367 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2011) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 corresponde ao “float” de aproximadamente dois dias.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Finame (a)	310.227	150.848	310.227	150.848
Empréstimo bancário (b)	-	-	811.106	-
Total	<u>310.227</u>	<u>150.848</u>	<u>1.121.333</u>	<u>150.848</u>
Circulante	129.760	19.666	940.866	19.666
Não circulante	<u>180.467</u>	<u>131.182</u>	<u>180.467</u>	<u>131.182</u>
Total	<u>310.227</u>	<u>150.848</u>	<u>1.121.333</u>	<u>150.848</u>

(a) Finame

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 8,07% ao ano em 30 de setembro de 2012 (8,74% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de Finame, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A., que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos. Adicionalmente, a Sociedade fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao Finame.

Notas Explicativas

(b) Empréstimo bancário

Em 23 de agosto de 2012, a controlada Cielo USA, Inc. captou um total de US\$400 milhões, sendo US\$200 milhões junto ao Banco Goldman Sachs Bank USA e US\$200 milhões junto ao Banco do Brasil S.A., com o objetivo de compor o total de recursos necessários para a aquisição da Merchant e-Solutions.

O empréstimo foi captado com juros médios atrelados à Libor mensal acrescidos de 1,5% ao ano (“spread”), tendo a Sociedade como garantidora da operação, e tem vencimento em seis meses, sendo os juros pagos mensalmente e o principal ao final do período contratado.

As taxas e encargos financeiros incorridos no processo de captação do empréstimo estão sendo registrados no passivo e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Esses empréstimos preveem a manutenção de índice financeiro (“covenants”), o qual deverá ser atendido a partir de 31 de dezembro de 2012. Em 30 de setembro de 2012, não há indicativos que demonstrem que esse índice não será completamente atingido no encerramento do exercício de 2012.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>Controladora</u> <u>(BR GAAP)</u>	<u>Consolidado</u> <u>(IFRS e BR GAAP)</u>
Saldo em 31.12.2011	150.848	150.848
Novas captações	168.145	976.171
Pagamentos de principal	(8.842)	(8.842)
Variação cambial	-	2.556
Juros provisionados	15.532	17.308
Juros pagos	<u>(15.456)</u>	<u>(16.708)</u>
Saldo em 30.09.2012	<u>310.227</u>	<u>1.121.333</u>

Não existiam empréstimos no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011.

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 30 de setembro 2012, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento

2013 (a partir de outubro)	33.904
2014	120.049
2015	18.138
2016	<u>8.376</u>
Total	<u>180.467</u>

Notas Explicativas

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Fornecedores	79.576	80.754	135.098	140.310
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>245.030</u>	<u>149.505</u>	<u>245.030</u>	<u>149.505</u>
Total	<u>324.606</u>	<u>230.259</u>	<u>380.128</u>	<u>289.815</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	358.905	345.327	362.618	346.875
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	13.630	13.787	14.713	14.750
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.157	11.838	8.805	12.776
Imposto Sobre Serviços - ISS	5.339	6.286	6.634	7.628
Programa de Integração Social - PIS	5.662	5.626	6.011	5.962
Outros tributos a recolher	<u>2.160</u>	<u>3.050</u>	<u>2.583</u>	<u>4.005</u>
Total	<u>393.853</u>	<u>385.914</u>	<u>401.364</u>	<u>391.996</u>

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	28.366	42.148	47.363	42.346
Provisão para férias e encargos	16.735	16.987	27.078	27.061
Provisão de 13º salário e encargos	7.055	-	10.819	-
Participação dos colaboradores e diretores	30.794	37.118	43.808	52.215
Provisão para retenção de executivos (a)	-	12.324	-	12.324
Instrumentos financeiros derivativos designados em uma relação de hedge	1.339	-	1.339	-
Outros valores a pagar	-	-	<u>3.833</u>	<u>1.851</u>
Total	<u>84.289</u>	<u>108.577</u>	<u>134.240</u>	<u>135.797</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Passivo não circulante:				
Contas a pagar - aquisição de controladas (b)	-	-	30.963	25.050
Outros valores a pagar	-	-	61	530
Total	-	-	<u>31.024</u>	<u>25.580</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2011 referia-se substancialmente ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2009, aplicável aos principais executivos da Sociedade, que considera resultados do negócio e permanência deles na Sociedade por um período de dois anos, sendo a despesa e respectiva provisão registradas ao longo do prazo de vigência do referido plano.
- (b) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da M4U, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Provisão para riscos**

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

	Controladora (BR GAAP)					
	31.12.2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2012
Tributárias	602.778	105.953	-	359	-	709.090
Cíveis	10.726	9.691	(3.853)	779	(4.262)	13.081
Trabalhistas	<u>26.961</u>	<u>25.165</u>	<u>(6.124)</u>	<u>83</u>	<u>-</u>	<u>46.085</u>
Total	<u>640.465</u>	<u>140.809</u>	<u>(9.977)</u>	<u>1.221</u>	<u>(4.262)</u>	<u>768.256</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31.12.2011	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	30.09.2012
Tributárias	625.401	105.953	-	398	-	731.752
Cíveis	16.331	9.699	(4.228)	779	(4.262)	18.319
Trabalhistas	<u>36.275</u>	<u>28.885</u>	<u>(9.923)</u>	<u>97</u>	<u>(33)</u>	<u>55.301</u>
Total	<u>678.007</u>	<u>144.537</u>	<u>(14.151)</u>	<u>1.274</u>	<u>(4.295)</u>	<u>805.372</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				30.09.2011
	31.12.2010	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	
Tributárias	474.040	93.460	(23)	414	567.891
Cíveis	7.373	4.584	(3.107)	1.274	10.124
Trabalhistas	<u>13.687</u>	<u>10.855</u>	<u>(3.752)</u>	<u>252</u>	<u>21.042</u>
Total	<u>495.100</u>	<u>108.899</u>	<u>(6.882)</u>	<u>1.940</u>	<u>599.057</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					30.09.2011
	31.12.2010	Adições (i)	Baixas/ reversões (ii)	Atualização monetária	Pagamentos	
Tributárias	496.683	93.525	(23)	615	(303)	590.497
Cíveis	7.373	4.584	(3.107)	1.274	-	10.124
Trabalhistas	<u>19.577</u>	<u>17.344</u>	<u>(6.981)</u>	<u>286</u>	<u>-</u>	<u>30.226</u>
Total	<u>523.633</u>	<u>115.453</u>	<u>(10.111)</u>	<u>2.175</u>	<u>(303)</u>	<u>630.847</u>

- (i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, no período findo em 30 de setembro de 2012, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida à rubrica “Impostos sobre serviços”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de setembro de 2012, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$13.081 (Controladora) e R\$18.319 (Consolidado) e o saldo de depósito judicial é de R\$7.191 (Controladora) e R\$8.964 (Consolidado).

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2012, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 30 de setembro de 2012, incluíam 264 ações trabalhistas contra a Cielo e 74 contra a Servinet, das quais 82 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 256 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

Notas Explicativas

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes à equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 30 de setembro de 2012, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$46.085 (Controladora) e de R\$55.301 (Consolidado).

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- Cofins - não comutatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em novembro de 2011, a Servinet desistiu da discussão judicial para efeito de adesão ao parcelamento da Lei nº 11.941/09, estando atualmente aguardando definição dos valores a serem convertidos em renda da União e os valores a serem levantados pela empresa. O processo judicial da Cielo está sobrestado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região/SP, tendo em vista o reconhecimento da repercussão geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em autos de Recurso Extraordinário, ainda pendente de julgamento. Em 30 de setembro de 2012, o valor dessa provisão para riscos é de R\$685.204 (Controladora) e R\$705.761 (Consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$672.790 (Controladora) e R\$693.987 (Consolidado).
- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando inclusão em pauta para julgamento do recurso voluntário da empresa pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de setembro de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$12.171 (Controladora e Consolidado).
- CSLL 2002 - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (quota de ajuste) relativamente ao ano-calendário de 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Atualmente, aguarda-se a prolação de sentença nos autos da ação anulatória. Em 30 de setembro de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.372 (Controladora e Consolidado) e o valor do depósito judicial é de R\$10.895 (Controladora e Consolidado).

Notas Explicativas

- PIS/PASEP MP nº 1.212/95 - em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la ao recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento, situação confirmada na sentença. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Este Processo Administrativo originou uma ação de Execução Fiscal, em relação a qual aguarda-se a citação para oposição de embargos. Em 30 de setembro de 2012, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$1.961 (Consolidado).

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para riscos constituídas em 30 de setembro de 2012 nos montantes de R\$343 (Controladora) e de R\$487 (Consolidado).

Para fazer frente a outros processos avaliados como riscos possíveis pelos assessores jurídicos, a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$14.969 (Controladora) e de R\$17.753 (Consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2012, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Tributárias	82.225	93.104
Cíveis	100.242	100.242
Trabalhistas	<u>26.537</u>	<u>30.801</u>
Total	<u>209.004</u>	<u>224.147</u>

b) Depósitos judiciais

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adição</u>	<u>30.09.2012</u>
Tributários	592.458	106.196	698.654
Cíveis	<u>4.759</u>	<u>2.432</u>	<u>7.191</u>
Total	<u>597.217</u>	<u>108.628</u>	<u>705.845</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30.09.2012</u>
Tributários	616.439	106.196	-	722.635
Cíveis e trabalhistas	<u>6.366</u>	<u>2.651</u>	(54)	<u>8.963</u>
Total	<u>622.805</u>	<u>108.847</u>	(54)	<u>731.598</u>

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)			
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30.09.2011</u>
Tributários	464.042	98.218	-	562.260
Cíveis	<u>3.203</u>	<u>2.141</u>	(640)	<u>4.704</u>
Total	<u>467.245</u>	<u>100.359</u>	(640)	<u>566.964</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30.09.2011</u>
Tributários	485.596	100.645	-	586.241
Cíveis e trabalhistas	<u>3.608</u>	<u>3.014</u>	(652)	<u>5.970</u>
Total	<u>489.204</u>	<u>103.659</u>	(652)	<u>592.211</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social em 30 de setembro de 2012 está representado por 655.096.224 ações ordinárias (545.913.520 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011), todas subscritas e integralizadas.

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2012, foi aprovado o aumento de capital da Sociedade no montante de R\$236.165. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizado parcialmente o saldo proveniente da reserva de orçamento de capital.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19.a), a quantidade de ações em circulação em 30 de setembro de 2012 é de 654.345.737 (544.529.228 ações em 31 de dezembro de 2011).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho da Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados. O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Notas Explicativas

b) Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de setembro de 2012 é de R\$96.500 (R\$88.888 em 31 de dezembro de 2011).

c) Ações em tesouraria

Em 16 de março de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 19 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 2.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 365 dias contados da divulgação do fato relevante de sua abertura. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica “Reserva de capital” apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Ações	Valor	Custo médio - R\$ por ação
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	1.384.292	(50.859)	36,74
Venda em janeiro de 2012	(7.916)	292	36,74
Venda em fevereiro de 2012	(270.826)	9.953	36,74
Recompra em março de 2012	96.850	(5.800)	59,89
Venda em março de 2012	(41.029)	1.585	38,60
Venda em abril de 2012	(1.840)	71	38,60
Saldo de ações em tesouraria antes da bonificação	<u>1.159.531</u>	<u>(44.758)</u>	<u>38,60</u>
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	231.907	-	-
Venda em abril de 2012	(137.935)	4.437	32,17
Venda em maio de 2012	(9.585)	308	32,17
Venda em junho de 2012	(8.912)	287	32,17
Venda em julho de 2012	(341.985)	11.000	32,17
Venda em agosto de 2012	(10.975)	353	32,17
Venda em setembro de 2012	(131.559)	4.232	32,17
Saldo final em 30 de setembro de 2012	<u>750.487</u>	<u>(24.141)</u>	<u>32,17</u>

Notas Explicativas

(*) Bonificação: foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação 1 nova ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito total de 231.907 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou perdas em operações de hedge de investimentos líquidos.

O saldo da conta de Ajustes de avaliação patrimonial em 30 de setembro de 2012 é de R\$3.654.

e) Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de setembro de 2012 é de R\$100.000 (R\$52.767 em 31 de dezembro de 2011).

f) Reserva de lucros - orçamento de capital

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 18 de janeiro de 2012, foi aprovada a proposta de orçamento de capital preparada pela Administração da Sociedade, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e fomentar a sua operação de antecipação de recebíveis de vendas ("ARV").

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro de 2012 é de R\$472.037 (R\$708.202 em 31 de dezembro de 2011).

g) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Notas Explicativas

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2012, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, nos montantes de R\$658.639 (representado pela soma dos montantes de R\$311.879, registrado como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011, e de R\$346.760, valor excedente ao mínimo obrigatório registrado no patrimônio líquido como “Dividendos adicionais propostos” em 31 de dezembro de 2011) e R\$7.578 como juros sobre capital próprio (R\$6.441, líquido de IRRF). Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 30 de março de 2012.

Conforme ata de reunião do Conselho da Administração realizada em 23 de agosto de 2012, foi deliberada a distribuição de 70% do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2012, no montante de R\$747.752, sendo R\$31.244 a título de juros sobre o capital próprio e R\$716.508 a título de dividendos. Os proventos foram pagos aos acionistas em 28 de setembro de 2012.

19. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 31 de dezembro de 2011	544.529.228
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2012	7.916
Fevereiro de 2012	270.826
Recompra de ações em tesouraria - março de 2012	(96.850)
Exercício de opção de compra de ações:	
Março de 2012	41.029
Abril de 2012	1.840
Efeito da bonificação de ações - Abril de 2012	108.950.797
Exercício de opção de compra de ações:	
Abril de 2012	137.935
Maio de 2012	9.585
Junho de 2012	8.912
Julho de 2012	341.985
Agosto de 2012	10.975
Setembro de 2012	<u>131.559</u>
Total	<u>654.345.737</u>

b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Notas Explicativas

Em 20 de abril de 2012, houve o aumento do capital social em R\$236.165 mediante capitalização de reserva de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma 1 ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias. Adicionalmente, atribuiu-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, 1 nova ação ordinária para cada lote de 5 ações ordinárias de que fossem titulares na posição final do dia 20 de abril de 2012. Esses eventos foram considerados, retrospectivamente, no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

Lucro por ação básico

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	1.704.366	1.305.781	1.704.366	1.305.781
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>653.603</u>	<u>653.189</u>	<u>653.603</u>	<u>653.189</u>
Lucro por ação (em R\$) - básico	<u>2,60765</u>	<u>1,99909</u>	<u>2,60765</u>	<u>1,99909</u>

Lucro por ação diluído

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>30.06.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	1.704.366	1.305.781	1.704.366	1.305.781
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	653.603	653.189	653.603	653.189
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>1.298</u>	<u>724</u>	<u>1.298</u>	<u>724</u>
Total (em milhares)	<u>654.901</u>	<u>653.913</u>	<u>654.901</u>	<u>653.913</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>2,60248</u>	<u>1,99687</u>	<u>2,60248</u>	<u>1,99687</u>

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>01.07.2012</u> a <u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>01.07.2011</u> a <u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>01.07.2012</u> a <u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>01.07.2011</u> a <u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2011</u>
Receita de comissões	987.561	2.858.671	823.780	2.315.264	986.833	2.855.831	823.063	2.312.996
Receita de aluguel	387.994	1.068.313	272.205	805.236	388.172	1.068.921	272.326	805.809
Receita de prestação de outros serviços	51.023	141.808	38.405	97.720	121.318	341.385	88.065	238.120
Impostos sobre serviços	<u>(147.394)</u>	<u>(415.276)</u>	<u>(118.024)</u>	<u>(327.880)</u>	<u>(158.019)</u>	<u>(445.983)</u>	<u>(127.193)</u>	<u>(352.521)</u>
Total	<u>1.279.184</u>	<u>3.653.516</u>	<u>1.016.366</u>	<u>2.890.340</u>	<u>1.338.304</u>	<u>3.820.154</u>	<u>1.056.261</u>	<u>3.004.404</u>

Notas Explicativas

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011
Despesas com pessoal	56.927	162.087	53.836	155.598	86.336	247.017	81.153	230.263
Depreciações e amortizações	70.595	213.520	57.526	163.794	74.280	223.232	61.607	173.990
Serviços profissionais	46.409	165.653	51.439	158.081	17.312	77.888	20.310	73.823
Gastos com aquisição (a)	300.234	860.189	254.549	701.241	301.095	862.715	256.285	705.003
Vendas e marketing (b)	61.494	162.178	45.110	102.582	61.567	162.384	45.157	102.719
Custo com medicamentos e créditos de celulares em controladas (c)	-	-	-	-	38.747	109.874	24.657	72.968
Outras	41.397	74.160	26.544	45.813	50.663	103.538	36.425	72.815
Total	577.056	1.637.787	489.004	1.327.109	630.000	1.786.648	525.594	1.431.581
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	383.239	1.094.397	323.394	901.899	435.492	1.242.339	365.617	1.019.497
Despesas com pessoal	32.317	90.926	28.958	87.092	55.882	158.693	49.210	142.723
Despesas gerais e administrativas	68.268	210.831	66.619	199.875	46.091	142.595	39.855	128.701
Vendas e marketing	61.494	162.178	45.108	102.581	61.567	162.384	45.159	102.720
Outras despesas operacionais, líquidas	31.738	79.455	24.925	35.662	30.968	80.637	25.753	37.940
Total	577.056	1.637.787	489.004	1.327.109	630.000	1.786.648	525.594	1.431.581

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a medicamentos e crédito de minutos para celulares vendidos pelas controladas indiretas Precisa e Multidisplay, respectivamente.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4 Produtos, CieloPar, Braspag e Paggo.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado ("arm's-length basis").

Notas Explicativas

As tabelas a seguir incluem os saldos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa relativas aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e dos períodos de 1º de julho a 30 de setembro de 2012 e de 2011:

	Controladora (BR GAAP)										
	30.09.2012										
	Acionistas					Controladas					31.12.2011
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total
Ativos (passivos e patrimônio líquido):											
Aplicações financeiras (a)	77.791	24.340	-	-	-	-	-	-	-	102.131	161.300
Contas a receber operacionais	1.289	1.255	-	-	-	-	-	-	-	2.544	2.214
Contas a receber de controladas	-	-	-	273	-	-	-	28	17	318	134
Contas a pagar a controladas (e)	-	-	(9.497)	-	-	(129)	-	-	(745)	(10.371)	(11.055)
Outras obrigações (f)	(837)	(502)	-	-	-	-	-	-	-	(1.339)	-
Resultado de operação com derivativos (g)	(403)	735	-	-	-	-	-	-	-	332	-
	Controladora (BR GAAP)										
	30.09.2012										
	Acionistas					Controladas					30.09.2011
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total
Receitas:											
Receitas de aplicações financeiras (a)	5.045	1.658	-	-	-	-	-	-	-	6.703	4.782
Receitas de prestação de outros serviços (b)	7.796	7.846	-	-	822	2.194	-	206	114	18.978	4.464
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	1.305	-	-	-	-	-	1.305	443
Despesas:											
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(3.793)	(2.853)	-	-	-	-	-	-	-	(6.646)	(2.576)
Outras despesas operacionais (d)	(8.597)	(1.789)	-	-	-	-	-	-	-	(10.386)	(2.784)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(89.064)	-	-	-	-	-	-	(89.064)	(31.620)
	Controladora (BR GAAP)										
	Período de 01.07.2012 a 30.09.2012										
	Acionistas					Controladas					01.07.2011 a 30.09.2011
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4U	CieloPar	Paggo Soluções	Braspag	Total	Total
Receitas:											
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.460	475	-	-	-	-	-	-	-	1.935	13.350
Receitas de prestação de outros serviços (b)	2.311	(221)	-	-	293	485	-	93	44	3.005	9.934
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	434	-	-	-	-	-	434	1.424
Receita de securitização de recebíveis no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.596
Despesas:											
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(1.187)	(839)	-	-	-	-	-	-	-	(2.026)	(7.518)
Outras despesas operacionais (d)	(2.815)	(515)	-	-	-	-	-	-	-	(3.330)	(8.825)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(30.076)	-	-	-	-	-	-	(30.076)	(87.684)

Notas Explicativas

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Correspondem a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para a M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(c).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (f) Vide nota 24.(e).
- (g) Refere-se ao resultado acumulado da operação de “hedge” de investimento líquido em operações no exterior, registrado em outros resultados abrangentes, conforme descrito na nota 24.(3).

Principais transações com partes relacionadas

- **Empréstimo bancário**

Em 23 de agosto de 2012, a controlada Cielo USA, Inc. captou empréstimo no montante de US\$400 milhões a fim de compor o total de recursos necessários para aquisição da Merchant e-Solutions, dos quais US\$200 milhões foram captados junto ao Banco do Brasil S.A. em condições normais de mercado. O saldo da obrigação em 30 de setembro de 2012 é de R\$405.553. Para maiores informações quanto aos encargos, prazos e garantias, vide nota explicativa nº 13.

- *Non deliverable forward*

A Sociedade contratou, em condições normais de mercado, instrumentos financeiros derivativos Contrato a Termo de Moeda em Entrega Física (“*Non Deliverable Forward - NDF*”) no valor nominal de US\$470.898 mil, sendo US\$235.449 mil com o Banco do Brasil S.A. e US\$235.449 mil com o Bradesco S.A., com o objetivo de se proteger contra riscos relacionados à variação cambial sobre investimentos líquidos no exterior. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 24.

- **Saldos de bancos emissores**

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

- **Incentivos a bancos domicílio**

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

Notas Explicativas

- Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, “pro rata temporis”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões VISAVALE, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “back office” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

- Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

Em 30 de junho de 2010 a Sociedade assinou um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos com a Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. (“BankPar”), empresa do grupo Bradesco S.A. licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. Adicionalmente, em dezembro de 2011, foi assinado o termo aditivo ao contrato de prestação de serviço, cujo objetivo é a renovação do contrato de VAN até 31 de dezembro de 2012, bem como a equalização dos benefícios econômicos da Sociedade e da BankPar decorrentes desse contrato, conforme avaliação feita sob assessoria de banco de investimento especializado. Em termos financeiros, tal equalização foi realizada pela inclusão da taxa de conectividade devida pela Sociedade à BankPar, referente à disponibilização de tecnologia que viabiliza o acesso da Sociedade à base dos sistemas de aquisição de estabelecimentos afiliados à bandeira Amex, e resultou em um pagamento de R\$38 milhões. A expansão da parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade à medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura de referidos documentos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais.

- Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

- Escrituração de ações da Cielo

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Cielo firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Notas Explicativas

- Serviços operacionais - programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

- Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e para os períodos de 1º de julho a 30 de setembro de 2012 e de 2011:

	Controladora				Consolidado			
	(BR GAAP)				(IFRS e BR GAAP)			
	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	902.923	2.587.082	676.263	1.950.504	907.621	2.600.230	680.096	1.960.071
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(306.994)	(879.608)	(229.929)	(663.171)	(308.591)	(884.078)	(231.232)	(666.424)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	-	10.623	8.194	8.194	-	10.623	8.194	8.194
Efeito permanente do ajuste de RTT referente ao Plano de Opção de Ações (a)	(1.278)	(6.769)	-	(3.817)	(1.278)	(6.769)	-	(3.817)
Impairment do Ágio na Paggo	(5.610)	(5.610)	-	-	(5.610)	(5.610)	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre ajuste a valor presente - AVP	-	-	-	11.990	-	-	-	11.990
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (b)	(122)	(1.352)	3.021	2.081	(1.458)	(5.414)	1.981	(759)
Imposto de renda e contribuição social	(314.004)	(882.716)	(218.714)	(644.723)	(316.937)	(891.248)	(221.057)	(650.816)
Correntes	(333.510)	(950.935)	(228.626)	(684.254)	(336.865)	(959.109)	(232.405)	(691.602)
Diferidos	19.506	68.219	9.912	39.531	19.928	67.861	11.348	40.786

Notas Explicativas

- (a) Refere-se à adição permanente dos valores constituídos relativos ao Plano de Opção de Ações, na apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, mediante ajuste de Regime Tributário de Transição (RTT). Adicionalmente, houve a baixa do IRPJ e da CSLL diferidos ativos de 2011, referente à constituição dessa reserva de capital, visto que, até 2011, foi tratada como diferença temporária.
- (b) Representado substancialmente por gratificações a administradores, que são indedutíveis na apuração do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, e pelo reconhecimento no período do benefício fiscal de Pesquisa & Desenvolvimento do ano calendário anterior.

As doações para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente foram registradas na rubrica “Despesa de Imposto de Renda - Corrente”.

Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda na Controladora e no Consolidado no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foram de R\$3.585 e R\$10.885 (R\$5.800 e R\$12.782 no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011).

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Notas Explicativas

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011
Dívida (a)	(310.227)	(150.848)	(1.121.333)	(150.848)
Caixa e equivalentes de caixa	244.896	240.998	393.231	292.915
Dívida líquida	<u>(65.331)</u>	<u>90.150</u>	<u>(728.102)</u>	<u>142.067</u>
Patrimônio líquido (b)	2.057.431	1.409.593	2.072.459	1.424.564
Índice de endividamento líquido	<u>3,17%</u>	<u>-</u>	<u>35,13%</u>	<u>-</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 13.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas e por aquisição de controlada, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2012, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Categoria		30.09.2012			
		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	244.896	244.896	393.231	393.231
Contas a receber operacionais	Empréstimos e recebíveis	3.952.418	3.952.418	4.006.034	4.006.034
Contas a receber de controladas	Empréstimos e recebíveis	318	318	-	-
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	705.845	705.845	731.598	731.598
Fornecedores	Outros passivos financeiros	324.606	324.606	380.128	380.128
Contas a pagar a estabelecimentos	Outros passivos financeiros	2.708.841	2.708.841	2.796.757	2.796.757
Contas a pagar a controladas	Outros passivos financeiros	10.371	10.371	-	-
Contas a pagar - aquisição de controlada	Outros passivos financeiros	-	-	30.963	30.963
Perdas em instrumentos financeiros derivativos ("NDF")	Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.339	1.339	1.339	1.339
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	310.227	309.281	1.121.333	1.120.387

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

O valor justo do instrumento financeiro derivativo ("NDF") foi determinado com base em inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços), equivalente ao nível 2.

Notas Explicativas

c) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta-corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta-corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

d) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

Notas Explicativas

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos denominados em moeda estrangeira.

“Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“Net investment hedge”)

A Sociedade optou por designar como hedge de investimento em operações no exterior o instrumento financeiro derivativo denominado Contrato a Termo ou *Non-Deliverables Forwards* (“NDF”), de valor nocional equivalente a US\$470.898 mil, cujo montante foi considerado suficiente para proteger o investimento no exterior contra variações cambiais oriundas da flutuação da moeda norte americana.

O derivativo contratado pela Sociedade como instrumento de cobertura para o valor do investimento na Cielo USA (nota explicativa nº 7), no montante de US\$310.791 mil, teve o objetivo de proteger o valor de parte do investimento da Sociedade na subsidiária no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio, consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Sociedade. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão acrescidos do “Gross-up” do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil).

A contabilização dos efeitos do hedge de investimento líquido foi feita em conformidade com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Para tanto, a Sociedade efetuou a designação formal das operações documentando: (i) objetivo do “hedge”; (ii) tipo de “hedge”; (iii) natureza do risco a ser coberto; (iv) identificação do objeto de cobertura (“hedge” item); (v) identificação do instrumento de cobertura (“hedging instrument”); (vi) demonstração da correlação do “hedge” e o objeto de cobertura (teste de efetividade retrospectivo); e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro, dessa forma, no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “hedges” de investimento líquido na Cielo USA, conseqüentemente, os ganhos ou perdas dessas operações foram integralmente registrado no patrimônio líquido da Sociedade.

A tabela a seguir mostra detalhes dos contratos futuros de moeda em aberto no fim do período de relatório:

Notas Explicativas

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	30.09.2012			
	Moeda estrangeira	Taxa de câmbio média contratada	Valor nocional	Valor justo
Contratos a termo (“ <i>Non deliverable forward</i> ”)	USD	2,0326	470.898	1.339

O valor justo da dívida, apurado com dados de mercado, é de R\$1.339 em 30 de setembro de 2012, o qual está registrado na rubrica “Outras obrigações” no passivo circulante.

f) Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 1, em 31 de agosto de 2012 a Sociedade adquiriu o controle da Merchant e-Solutions através da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da America, cujas operações são realizadas através da moeda funcional dólar norte americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

Em 30 de setembro de 2012, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.546	49.868
Outros ativos		10.933
Investimentos em moeda estrangeira	311.409	-
Ativos intangíveis, substancialmente ágio	-	708.495
Total	314.955	769.296
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(4.941)	(48.249)
Outros passivos	-	(11.795)
Empréstimos e financiamentos no exterior	-	(400.000)
Total	(4.941)	(460.044)
Posição comprada de dólares norte-americanos	<u>310.014</u>	<u>309.252</u>
Posição vendida de dólares norte americanos, substancialmente representado por Contratos a Termo (“ <i>Non deliverable forward</i> ”)	(470.898)	(470.898)
Efeito tributário sobre Hedge (“Overhedge”)	<u>160.105</u>	<u>160.105</u>
Posição vendida líquida de dólares norte americanos (*)	<u>(310.793)</u>	<u>(310.793)</u>
Exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira:	<u>(779)</u>	<u>1.541</u>

Notas Explicativas

- (*) A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essa moeda. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim do período de relatório para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados a seguir seriam negativos.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Resultado (a) +10%	(283)	(769)	41	(779)
Patrimônio (b) +10%	3.658	-	3.658	-
Resultado (a) -10%	257	699	(37)	709
Patrimônio (b) -10%	3.658	-	3.658	-

- (a) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares americanos no fim do período de relatório.
- (b) Resulta das mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos designados como instrumentos de “hedge” de investimento líquido.

A sensibilidade do Grupo à moeda estrangeira aumentou durante o período corrente principalmente pela aquisição de investimento no exterior.

Adicionalmente, a mudança no patrimônio líquido devido a uma variação de 10% do real em relação a todas as taxas de câmbio utilizadas na conversão de novos instrumentos de “hedge” de investimentos seria uma redução de R\$59.146. Entretanto, o efeito líquido no patrimônio líquido seria nulo, porque a variação seria compensada com a conversão da operação estrangeira.

g) Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

Notas Explicativas

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

h) Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

i) Gestão do Risco de Capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes e caixa detalhados na nota explicativa nº 4) e pelo patrimônio líquido (que inclui o capital social, reservas e reserva de lucros, conforme apresentado na nota explicativa nº 18, respectivamente).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

j) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI e os empréstimos pela variação da TJLP e Libor. Em 30 de setembro de 2012, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas (despesas), conforme segue:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>10%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>	<u>10%</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
Aplicações financeiras	1.538	3.845	7.691	1.876	4.689	9.379
Empréstimos e financiamentos	1.553	3.883	7.766	1.702	4.255	8.509

25. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2012, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Notas Explicativas

<u>Ano</u>	
2012	2.543
2013	10.988
2014	<u>11.867</u>
Total	<u>25.398</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, equipamentos de POS, tecnologia e logística

Em 30 de setembro de 2012, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos de POS, tecnologia e logística são os seguintes:

<u>Ano</u>	
2012	193.221
2013	562.555
2014	<u>607.560</u>
Total	<u>1.363.336</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$13.834. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$12.702. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

c) Fianças bancárias

Em 30 de setembro de 2012, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

<u>Modalidade</u>	
Garantia para recarga pessoal e multioperadora (*)	<u>400</u>

(*) Caução cedida à controlada Multidisplay por instituições financeiras para garantir os pagamentos dos contratos com as operadoras de telefonia celular.

26. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e para os períodos de 1º de julho a 30 de setembro de 2012 e de 2011 foram registrados na rubrica “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011
Colaboradores	8.181	22.021	7.378	20.937	10.834	31.515	10.616	30.570
Diretores								
Estatutários	<u>3.140</u>	<u>8.773</u>	<u>2.168</u>	<u>6.505</u>	<u>4.088</u>	<u>9.721</u>	<u>2.168</u>	<u>6.505</u>
Total	<u>11.321</u>	<u>30.794</u>	<u>9.546</u>	<u>27.442</u>	<u>14.922</u>	<u>41.236</u>	<u>12.784</u>	<u>37.075</u>

27. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho da Administração e Conselho Fiscal, o presidente e os diretores estatutários.

	01.07.2012 a 30.09.2012			30.09.2012		
	Remuneração			Remuneração		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	1.295	2.453	3.748	3.603	7.088	10.691
Conselhos Fiscal e de Administração	<u>436</u>	<u>-</u>	<u>436</u>	<u>1.160</u>	<u>-</u>	<u>1.160</u>
Total	<u>1.731</u>	<u>2.453</u>	<u>4.184</u>	<u>4.763</u>	<u>7.088</u>	<u>11.851</u>

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31).

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2012, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2012, foi de R\$29.000, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável, equivalentes nessa data a R\$3.800. Para o Conselho Fiscal foi fixada remuneração de R\$309.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011
Receitas financeiras:								
Rendimentos de aplicações financeiras	4.459	15.381	6.292	20.473	5.457	18.757	7.210	22.472
Juros de securitização no exterior	-	-	-	1.596	-	-	-	1.596
Outras receitas financeiras	<u>154</u>	<u>361</u>	<u>294</u>	<u>360</u>	<u>191</u>	<u>458</u>	<u>584</u>	<u>964</u>
	<u>4.613</u>	<u>15.742</u>	<u>6.586</u>	<u>22.429</u>	<u>5.648</u>	<u>19.215</u>	<u>7.794</u>	<u>25.032</u>
Despesas financeiras:								
Juros de securitização no exterior	-	-	-	(1.596)	-	-	-	(1.596)
Juros de mora e multas	(2)	(23)	(15)	(40)	(13)	(85)	272	(74)
Multas e juros de riscos	(306)	(1.221)	(557)	(2.026)	(328)	(1.275)	(625)	(2.303)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(9.641)	(30.218)	(10.142)	(37.414)	(9.641)	(30.218)	(10.142)	(37.414)
Juros sobre empréstimos	(5.890)	(15.532)	-	-	(7.376)	(17.018)	-	-
Encargos sobre empréstimos	-	-	-	-	(289)	(289)	-	-

Notas Explicativas

	Controladora (BR GAAP)				Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011
Atualização monetária sobre o saldo devedor referente à aquisição de 50,1% do capital social da M4U	-	-	-	-	(456)	(5.914)	-	-
Outras despesas financeiras	<u>(1.676)</u>	<u>(3.958)</u>	<u>(2.096)</u>	<u>(5.836)</u>	<u>(1.773)</u>	<u>(4.227)</u>	<u>(2.433)</u>	<u>(6.197)</u>
	<u>(17.515)</u>	<u>(50.952)</u>	<u>(12.810)</u>	<u>(46.912)</u>	<u>(19.876)</u>	<u>(59.026)</u>	<u>(12.928)</u>	<u>(47.584)</u>
Antecipação de recebíveis:								
Receita com antecipação de recebíveis (a)	207.912	610.416	159.872	418.384	207.912	610.416	159.872	418.384
(Receita) Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>5.411</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(5.195)</u>	<u>(10.467)</u>	<u>5.411</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(5.195)</u>	<u>(10.467)</u>
	213.323	601.076	154.677	407.917	213.323	601.076	154.677	407.917
Variação cambial, líquida (c)	<u>227</u>	<u>5.472</u>	<u>(114)</u>	<u>1.883</u>	<u>222</u>	<u>5.459</u>	<u>(114)</u>	<u>1.883</u>
Total	<u>200.648</u>	<u>571.338</u>	<u>148.339</u>	<u>385.317</u>	<u>199.317</u>	<u>566.724</u>	<u>149.429</u>	<u>387.248</u>

(a) A receita com antecipação de recebíveis nos períodos de nove findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e nos períodos de 1º de julho a 30 de setembro de 2012 e 1º de julho a 30 de setembro de 2011 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os períodos findos naquelas datas.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas informações contábeis intermediárias consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.

(c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior (ocorrida até junho de 2011) e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$8.667 (R\$1.954 em 30 de setembro de 2011) e despesa no montante de R\$3.195 (R\$71 em 30 de setembro de 2011).

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011	01.07.2012 a 30.09.2012	30.09.2012	01.07.2011 a 30.09.2011	30.09.2011
Créditos de liquidação duvidosa	(6.761)	(29.257)	(7.111)	(22.193)	(6.761)	(29.257)	(7.111)	(22.193)
Provisão para riscos, líquida	(5.907)	(24.477)	(16.360)	(21.240)	(5.640)	(24.510)	(17.518)	(25.009)
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	(287)	(4.235)	2.790	567	(287)	(4.235)	2.790	567
Provisão para perda de Ágio Paggo	(16.500)	(16.500)	-	-	(16.500)	(16.500)	-	-
Baixa efetiva de imobilizado	(3.414)	(10.989)	(5.510)	(12.042)	(3.413)	(10.989)	(5.510)	(12.042)
Receita na venda de equipamentos POS	1.802	3.055	996	1.262	1.802	3.055	996	1.262
Receitas com multas contratuais	1.024	3.976	1.255	6.082	1.024	3.976	1.255	6.082

Notas Explicativas

	Controladora (BRGAAP)				Consolidado (IFRS e BRGAAP)			
	01.07.2012	30.09.2012	01.07.2011	30.09.2011	01.07.2012	30.09.2012	01.07.2011	30.09.2011
	a 30.09.2012	30.09.2012	a 30.09.2011	30.09.2011	a 30.09.2012	30.09.2012	a 30.09.2011	30.09.2011
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.695)	(1.028)	(985)	11.902	(1.193)	(2.177)	(655)	13.393
Total	<u>(31.738)</u>	<u>(79.455)</u>	<u>(24.925)</u>	<u>(35.662)</u>	<u>(30.968)</u>	<u>(80.637)</u>	<u>(25.753)</u>	<u>(37.940)</u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de setembro de 2012, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	36.962
Lucros cessantes	11.177
Veículos	1.052
Armazenagem de POS	60.000
Transporte de POS	1.251.000

31. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011 e julho de 2012, foram aprovadas a primeira, segunda, terceira, quarta e quinta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta outorga (julho de 2011), promovendo as seguintes alterações no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Notas Explicativas

Ainda, na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado o plano de retenção de executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “Restrict shares”. Esse programa teve como objetivo minimizar o risco para o negócio da Sociedade causado pela perda dos seus executivos e fortalecer o comprometimento desses executivos com os resultados de longo prazo. O programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Data de outorga	Quantidade de ações					Preço de Exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação	Saldo		
Julho de 2009	1.042.320	(90.596)	(936.422)	68.717	84.019	23,68	10,43
Setembro de 2009	220.480	(55.335)	(136.946)	40.505	68.704	35,32	13,75
Julho de 2010	1.073.680	(277.163)	(527.411)	163.314	432.420	33,33	13,38
Julho de 2011	1.312.065	(148.530)	(13.970)	262.413	1.411.978	26,05	12,48
Fevereiro de 2012	96.850	-	-	19.369	116.219	-	52,28
Julho de 2012	<u>986.475</u>	<u>(12.664)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>973.811</u>	44,48	18,34
Total	<u>4.731.870</u>	<u>(584.288)</u>	<u>(1.614.749)</u>	<u>554.318</u>	<u>3.087.151</u>		

Para determinar o valor justo das opções em 2012 optou-se pelo modelo de precificação Black & Scholes e, em 2011, foi utilizada a metodologia binomial, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em			
	Julho e setembro de 2009	Julho de 2010	Julho de 2011	Julho de 2012
“Dividend yield”	6,66%	5,73%	8,87%	5,36%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%	31,65%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	5 anos	6 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi reconhecida despesa de R\$9.133 (R\$8.721 em 30 de setembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas com pessoal”, e foram exercidas 962.562 ações no valor de R\$13.980 em 30 de setembro de 2012 (268.171 ações no valor de R\$2.989 em 30 de setembro de 2011), sendo o total de opção de ações outorgadas, líquido das opções exercidas, registrado na rubrica “Reserva de capital” em 30 de setembro de 2012 de R\$7.612 (R\$5.731 em 30 de setembro de 2011).

Adicionalmente, no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2012 foi reconhecida despesa de R\$3.759 (R\$2.055 no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas com pessoal”.

32. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, em despesas de contribuições no montante de R\$4.873 (R\$3.881 em 30 de setembro de 2011), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Adicionalmente, no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2012 incorreu em despesas de

Notas Explicativas

contribuições no montante de R\$1.504 (R\$871 no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2011), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

33. ITEM QUE NÃO AFETA O CAIXA

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2012</u>
Aquisições de equipamentos POS através de novos empréstimos FINAME	192.801	192.801
Redução de capital na CieloPar	46.979	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	2.867	2.867
Perda com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior - não liquidados	1.339	1.339
Imposto de renda e contribuição social relacionado a componentes de outros resultados abrangentes	455	455

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos.

As informações financeiras do consolidado representam de forma material esse segmento.

35. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 23 de outubro de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão das informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de outubro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

“Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Cielo S.A., e por ocasião da reunião realizada na presente data, procederam ao exame das informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e relatório emitido pelos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu concluíram que as referidas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores, quando da Assembleia Geral Ordinária.”

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

Barueri, 23 de outubro de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

Barueri, 23 de outubro de 2012.